

Debate Sindical



O governo Lula, a crise política e o sindicalismo

ENTREVISTA

Carlos Lessa fala sobre os entraves à soberania nacional

HISTÓRIA

A ANL e o papel dos comunistas na insurreição de 1935

INTERNACIONAL

As causas do racha do sindicalismo nos Estados Unidos

OLINDA ESTÁ DIFERENTE.

**OLINDA, AGORA, É COMO
O BRASIL. É DA GENTE.**

Dessa gente misturada que a gente vê pelas calçadas. Dessa gente criativa que reinventa a vida e a própria sobrevivência. E que, agora, reinventa o Brasil. Dessa gente que anda nas ruas atrás dos sonhos, sorrindo pra esperança. Essa gente desses Brasis. Essa gente dessa Olinda.

OLINDA
Patrimônio da Humanidade



**PREFEITURA
POPULAR**

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES).

Sede:

Av. Brigadeiro Luís Antônio,
nº 933, conj. 209, Bela Vista,
São Paulo, SP, CEP 01317-001,
fone/fax: (11) 3106-0700
Correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore
Augusto Petta
Cláudio Gonzalez
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
Osvaldo Bertolino
Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito
César Benjamin
Décio Saes
Emir Sader
Francisco Teixeira
João Pedro Stedile
Luís Fernandes
Luís Paulino
Lucília Machado
Marcos Gomes
Nilton Vasconcelos
Paulo Schilling
Ricardo Antunes
Abigail Pereira
Álvaro Gomes
Augusto Petta
Edson Pimenta
Gilda Almeida
Gilson Reis
Gregório Poço
José Carlos Schulte
Luís Gavazza
Mônica Custódio
Nivaldo Santana
Raquel Guisoni
Sérgio Barroso
Viane Martins
Wagner Gomes

Capa:

Foto de Lindomar Cruz/ABr

Revisão:

Josenildo Marques

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves

Impressão e acabamento:

Editora Parma Ltda

- 4 A crise política e a luta de classes**
JOÃO BATISTA LEMOS
- 7 "A nação brasileira é coisa séria"**
ENTREVISTA: CARLOS LESSA
- 11 Um novo ciclo na economia nacional?**
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 12 Crescimento pontual não resolve crise do trabalho**
FLÁVIO TONELLI
- 16 A polêmica sobre as PPPs**
ELIAS JABBOUR
- 19 As resistências ao projeto de reforma sindical**
MARCOS VERLAINE
- 21 A reforma sindical pode voltar à pauta**
COLUNA: ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ
- 22 A histórica greve dos petroleiros em 1995**
FATIMA VIANA
- 26 A luta contra a privatização da água**
RITA CASARO
- 29 As decisões do congresso da Força Sindical**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 30 O desafio da formação dos quadros sindicais**
AUGUSTO PETTA
- 32 A ANL e a insurreição de 1935**
MARLY VIANNA
- 36 O racha do sindicalismo nos Estados Unidos**
ALTAMIRO BORGES
- 40 O controle social e a questão da saúde**
COLUNA: HERVAL PINAL RIBEIRO
- 41 O conceito marxista de proletariado**
UMBERTO MARTINS
- 46 Resenhas de livros**
- 49 Dicas de filmes e de páginas da Internet**
MONICA SIMIONI/CLÁUDIO GONZALEZ
- 50 A crise política e a posição da CUT**
OPINIÃO: JOÃO FELICIO

A crise política e a luta de classes

É preciso lutar para que a crise tenha um desfecho positivo para o povo, derrotando os que almejam um retrocesso e construindo o caminho das mudanças

JOÃO BATISTA LEMOS

O Brasil está envolto num ambiente de crise política provocado pelas denúncias de corrupção envolvendo a já deposta cúpula do PT e parlamentares de alguns partidos da base aliada do governo Lula. As forças progressistas, os movimentos sociais e, em especial, os trabalhadores mais conscientes precisam analisar com espírito crítico os acontecimentos em curso, extrair as lições necessárias e lutar para que a crise tenha um desfecho positivo para o povo, derrotando os que almejam um retrocesso e construindo o caminho das mudanças.

Quando observamos a posição das diferentes forças políticas e classes sociais diante da situação salta aos olhos, em primeiro plano, a notória manobra da direita neoliberal, capitaneada pelo PSDB e PFL, para desestabilizar e enfraquecer o governo Lula. O objetivo desta gente é a retomada do Palácio do Planalto nas eleições de 2006.

Este movimento da direita, reforçado pela miopia política de

algumas correntes esquerdistas, constitui o aspecto mais relevante da conjuntura. É imprescindível enxergar este fato para tomar uma posição política mais avançada e conseqüente neste momento. A oposição explora com muita hipocrisia os pontos fracos, as contradições e a falta de iniciativa do governo federal, tendo por ponto de partida os graves erros patrocinados pelo PT ao apostar na conciliação e subestimar o poder de fogo da direita.

GOLPISMO E EQUÍVOCOS

A exemplo da campanha contra Hugo Chávez na Venezuela, também aqui tem sido proeminente a manipulação da mídia pelas classes dominantes na exploração da crise. Desmentindo a auto-imagem de intérpretes imparciais da história, os mais poderosos meios de comunicação de massa, monopolizados pela burguesia e tendo à frente as Organizações Globo, mal

disfarçam o desejo de derrubar o presidente Lula e crucificar o PT. Isto ficou muito claro nas “notícias” sobre os atos realizados nos dias 16 e 17 de agosto em Brasília. Ressuscitam e promovem figuras reacionárias e de moral mais que duvidosa como é o caso de Fernando Henrique Cardoso, Antonio Carlos Magalhães e Jorge Bornhausen. Esses senhores, que retomaram a iniciativa política e procuram dar as cartas no jogo, são apresentados na mídia como paladinos da honestidade e dos bons costumes. Para quem os

conhece, parece piada.

As elites não estão preocupadas com a ética na política, o combate à corrupção ou a punição de corruptos e



A ofensiva da direita, reforçada pela miopia política de correntes esquerdistas, constitui o aspecto relevante da atual conjuntura



Linamar Cruz/ABr

corruptores. São contra medidas que atinjam a raiz dos problemas em questão, como uma reforma política democrática para coibir o recurso à corrupção, sempre ancorado no poder econômico.

Os interesses que orientam a conduta da direita e de suas lideranças são de outra natureza. Apesar das concessões feitas pelo governo Lula ao capital financeiro, preservando o modelo econômico conservador, eles não toleram um ex-operário e sindicalista na Presidência da República; reclamam intransigência em vez de democracia na relação do governo com os movimentos sociais; exigem uma política externa mais alinhada aos Estados Unidos e medidas neoliberais mais radicais na economia, como aumento do superávit fiscal, retomada do programa de privatizações e reforma trabalhista. O governo

A oposição explora com muita hipocrisia os pontos fracos, as contradições e a falta de iniciativa política do governo federal

Bush, PSDB, PFL e a direita midiática aplaudem em uníssono a política econômica e, apesar do jogo de cena com a moralidade pública, combatem acertos do governo Lula, não seus equívocos.

Não podemos nos esquecer de que a eleição de Lula em 2002 foi uma vitória política histórica do povo brasileiro contra as forças conservadoras e o neoliberalismo, que agora não disfarçam o desejo de dar um troco. O governo deixou a desejar em muitos pontos, pecou, sobretudo, ao não

se guiar por um novo projeto nacional de desenvolvimento e, por consequência, ao dar continuidade à política econômica conservadora, gerando conflito com os movimentos sociais. Também por esta razão não teve a coragem de inovar nos métodos de governar e se deixou seduzir pelo canto de sereia do poder econômico.

Todavia, não podemos deixar de valorizar os acertos do governo, destacadamente na política externa, que tem rechaçado a Alca e optado pelo fortalecimento do Mercosul e dos laços comerciais e políticos entre os países latino-americanos. No campo da democracia, Lula estabeleceu um novo relacionamento com os movimentos sociais, que pode ser consolidado e ampliado ao longo da crise política. Não restam dúvidas de que estamos diante de um governo contraditório e em muitos aspectos dúbio, que faz indevidas concessões ao capital financeiro ao mesmo tempo em que procura não perder o vínculo com os movimentos sociais e a seu modo busca enfrentar as pressões do imperialismo, mantendo a solidariedade com Cuba e Venezuela, defendendo o Mercosul contra a Alca e uma parceria estratégica com países como a China e a Índia.

MASSA DE MANOBRA

Correntes esquerdistas, como é o caso do PSTU e do PSOL, jogam água no moinho da direita ao ignorar a estratégia neoliberal neste cenário e adotar uma conduta diversionista contra Lula, negligenciando os aspectos positivos e o significado histórico do atual governo e da sua política externa. Dão de ombros para a correlação de forças. Não parecem se importar com o fato de que vivemos uma conjuntura caracterizada pela feroz ofensiva



Marcello Casal Jr/ABr

do imperialismo ianque contra os povos de todo o mundo e, aqui entre nós, contra Cuba socialista e a revolução bolivariana liderada por Hugo Chávez.

A oposição que se auto-intitula de esquerda rema na mesma direção dos tucanos e dos pefelistas, porém não determina os rumos dos acontecimentos e acaba virando massa de manobra reacionária nesta história.

O presidente Lula acerta ao denunciar o golpismo branco das elites. Mas é necessário ir além disto, assumindo também as reivindicações mais sentidas e urgentes da classe trabalhadora, cumprindo as metas da reforma agrária, definindo uma política de valorização para o salário mínimo, reduzindo as taxas de juros e o superávit fiscal, garantindo maiores investimentos sociais,

apoiando a redução da jornada sem redução de salários, bem como um combate enérgico à corrupção.

Remendos políticos de natureza conservadora, como a reforma ministerial, só farão agravar a crise. Cabe ampliar a linha de resistência, defender a recomposição da frente democrática e popular, construir uma nova maioria política e social com base em uma plataforma antineoliberal. Infelizmente, Lula ainda não se decidiu a favor de um novo rumo na política econômica.

A classe trabalhadora brasileira tem um duplo papel a desempenhar neste momento crítico da nossa história, reunindo forças e ocupando as ruas para impedir o retrocesso pretendido pela direita neoliberal e

impulsionar o governo Lula no sentido das mudanças. Passos importantes foram dados neste sentido pela Coordenação dos Movimentos Sociais, como o lançamento da Carta ao Povo Brasileiro, a passeata de 20 mil em Goiânia durante o Congresso da UNE e a manifestação do dia 16 de agosto em Brasília. É necessário ir além disto, intensificar a mobilização e esclarecimento das bases, realizar jornadas de lutas nas capitais e no interior e procurar criar, a partir deste movimento, uma alternativa mais avançada, com vistas às eleições de 2006 e na perspectiva estratégica de um novo projeto nacional de desenvolvimento, fundado na soberania e na valorização do trabalho.

João Batista Lemos é coordenador nacional da Corrente Sindical Classista (CSC)

“A nação é coisa séria”

A corajosa postura desenvolvimentista do professor Carlos Lessa resultou em sua demissão da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no final do ano passado — um episódio de importante significado político na luta pela definição de rumos do governo Lula. Lessa foi demitido, basicamente, por pressão dos “ortodoxos” que infestam a área econômica do governo. Nesta entrevista, ele explica sua postura à frente do BNDES e os motivos da sua demissão.



Ana Nascimento/ABr

"O mundo todo está contra a orientação neoliberal e eles querem blindar essa

OSVALDO BERTOLINO

Debate Sindical: Como o senhor analisa essa proposta de perseguir o déficit nominal zero?

Carlos Lessa: O problema é o seguinte: eles sabem que essa situação ultraconfortável, de desfrutar da mais alta taxa de juro do planeta, em total respeito aos contratos, tem tendência a acabar. E estão olhando os sinais no mundo, que não estão mais a favor do neoliberalismo. O mundo está todo se virando contra essa orientação. Mas eles querem agarrar mais isso. Então qual é a maneira de agarrar? É blindar essa política. Qual é a blindagem que eles querem fazer?

Fernando Henrique Cardoso fez 21 emendas constitucionais. O Lula não fez ainda nenhuma. Eles estão propondo uma: acabar com as vinculações sociais. Acabar com a regra pela qual pelo menos 18% do orçamento federal têm de ser gastos com educação, com as vinculações ligadas à assistência social — Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) — e com as vinculações ligadas à Previdência. Eles estão querendo acabar com a última coisa que sobrou de importante na área social da Constituição de 1988.

Como eles querem fazer isso? Dizendo o seguinte: vamos para o déficit nominal zero. Na verdade, o que eles estão propondo é o seguinte: como não dá mais para cortar investimento produtivo, que chegou praticamente a zero, só tem uma coisa para cortar agora: o social. É cortar na proteção dos velhinhos, na pensão-família aos portadores de deficiência, é reduzir gastos em saúde, é reduzir gastos em educação...

O Brasil não precisaria renegociar sua dívida, como fez a Argentina?

Não. Precisamos fazer o controle do movimento de capitais estrangeiros, o que para eles é um pesadelo completo. Vou explicar por quê. Eu pago juros às pessoas. Você tem um título de dívida pública. O seu título venceu. Hoje, o que eu faço? Eu emito outro título, vendo para outra pessoa e pago para você. Quando você fica com o dinheiro na mão, não sabe o que fazer com ele, então você vai e compra outro título. Eu simplesmente vou fazer o seguinte: eu te dou um novo título de dívida pública e digo que o juro será esse.

Ah, eu não quero, o juro está baixo! Então fica com o dinheiro na mão! Vai queimar na mão dele. Só não queima se ele puder comprar dólar e mandar para fora. Por isso eu tenho de fechar a saída. Por que eu não posso fazer isso hoje? Porque ele vai para cima do dólar, as reservas internacionais brasileiras caem e vamos para o colapso. Por isso, para fazer uma política dessa, eu tenho de fazer o quê: controlar a conta de capitais. E não reduzir as reservas internacionais brasileiras.

No nosso caso não tem o complicador da dívida externa?

A dívida externa não é muito

alta. A gente tira de letra. Este ano nós teremos um superávit comercial de vinte e tantos bilhões. A dívida nossa é de cento e tantos bilhões. A gente resolve isso. Agora, se eles chatearem muito a gente faz o que a Constituição mandou fazer: um inquérito para saber como surgiu essa dívida. A outra história é a dívida pública interna. Essa eu pago, mas só reemito títulos com juros bem mais baixos. Agora, isso precisa ter o quê? Uma orientação radicalmente diferente da que existe hoje no Conselho Monetário Nacional e no Banco Central.

E a briga para abaixar a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), como foi?

Em janeiro de 2004, no gabinete do senador Mercadante, eu convoquei a imprensa e assinei uma carta ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, pedindo para reduzir a TJLP. Antes, havia conversado com Luiz Marinho, então presidente da Central Única dos Trabalhadores, com o Paulinho, presidente da Força Sindical, com a CGT, com Armando Monteiro, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e com todas as federações industriais do país. Todos me disseram: vá fundo! Eu propus reduzir a TJLP de 10% para 8% ao ano. Tecnicamente, tinha uma aliança entre o trabalho e o capital me apoiando.

Tecnicamente eu me sentia o rei da cocada preta. Eu tinha do meu lado também o senador que chefiava a bancada do PT no Senado. O Banco Central não deu a menor bola. Reduziu 0,25%, só. E pouco depois a missão do

"O Brasil precisa fazer o controle do movimento de capital estrangeiro, o que para eles é um pesadelo completo"

política com o déficit nominal zero"

Fundo Monetário Internacional (FMI) que veio ao Brasil começou a dizer que havia subsídio na TJLP. O Edward Amadeo escreveu um artigo "técnico" dizendo que havia subsídio. É uma babaquice por uma razão muito simples: só há subsídio quando você paga mais do que você vende. Como eu pago aos trabalhadores TJLP e empresto TJLP, eu, BNDES, não estou subsidiando nada.

Eles queriam pôr a mão no dinheiro do BNDES?

Eles queriam acabar com a TJLP e elevar a taxa de juros do BNDES ao nível da Selic. E, além disso, permitir aos bancos comerciais botar as mãos no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) — que é o Fundo que o BNDES empresta. Eu briguei contra isso como um louco. Naquele ano, recebi pancadaria de todos os jornais, que me demitiam a toda hora. Essa foi a primeira manobra. Nós cortamos essa manobra. Eu não consegui abaixar a taxa de juros, mas cortamos a manobra da acusação de subsídio. Até porque os empresários descobriram que se isso prosperasse os que pegaram empréstimo no BNDES poderiam ser denunciados na Organização Mundial de Comércio (OMC) como exportadores de produtos subsidiados. Seria mortal. A Embraer, por exemplo, se ferraria porque ela é totalmente financiada pelo BNDES.

Aí eles inventaram uma outra coisa. O Joaquim Levy, que é a figura fundamental nesse jogo da taxa de juros, o homem poderoso, o verdadeiro César que fica na

"Nós temos de ser nacionalistas; um problema sério no Brasil é que muitas pessoas perderam a referência nacional"

sombra, levantou que havia muito crédito direcionado no Brasil. O que é crédito direcionado? É o empréstimo que o BNDES, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil dão a taxas menores do que a taxa Selic do Banco Central. Como nós tirávamos essa massa de dinheiro da influência deles, eles diziam que tinham de empurrar a Selic para cima. A culpada pela alta da Selic, segundo eles, era a TJLP do BNDES. Eu prestei atenção porque primeiro foi um artigo escrito por Pêrsio Arida, André Lara Resende e Edmar Bacha, três ex-presidentes do BNDES, dizendo que era preciso elevar a taxa de juro de longo prazo. Ou seja: acabar com o BNDES. Depois, eu vi o Amadeo escrevendo a favor disso.

Eu já sei ler os sinais. Fiquei na retranca. Aí eu soube que o Meirelles tinha feito uma exposição dizendo que o juro era alto no Brasil porque havia crédito direcionado. Aí eu dei uma entrevista para o jornal *Folha de S. Paulo* dizendo que o Lula tinha me convidado para ser presidente do banco dos sonhos dos brasileiros e estava acordando num pesadelo. Porque a proposta era liquidar o BNDES. Tudo isso porque eu quis reduzir a TJLP, com apoio dos trabalhadores e

dos empresários. Os trabalhadores continuaram do meu lado. Mas os empresários não. Quando eu fui demitido, o Armando Monteiro disse que entendia o governo, em vez de dizer que aquilo foi um absurdo, uma violência. Só o presidente da Abimaq escreveu uma carta e publicamente se colocou contra a minha demissão.

Aí eu comecei a pensar: por que esses empresários têm esse comportamento? Mas eu sou bobo! É óbvio! Porque o que eles deixam de ganhar com uma mão eles ganham com a outra. Qualquer balanço de empresa tem a receita operacional e a receita não operacional. A receita não operacional é a receita financeira. Com a taxa de juros alta eles têm uma boa receita financeira. Entende o problema, menino? Outra coisa é: se a economia não cresce e eu tenho muito lucro, o que eu faço? Eu posso fazer as seguintes coisas: aplicação financeira, se eu for empresa estrangeira mandar para a matriz e ela investe no país que estiver crescendo, ou comprar concorrente no Brasil.

Qual é o resultado dessa desnacionalização?

A soberania nacional vai diminuindo. Se você pegar a indústria de alimentação, vai descobrir que os campeões desse setor não são mais empresas brasileiras. Mas tínhamos em mãos brasileiras os supermercados. O que aconteceu? O último, que era o grupo Pão de Açúcar, passou para o grupo francês Cassino. Aí você tem um país em que a comida das pessoas é produzida por empresas



Ana Nascimento/ABR

“Durante o período de FHC passou a ser palavrão falar em desenvolvimento, em política industrial, em Estado nacional”

estrangeiras e comercializada por cadeias de comércio estrangeiras. Se você quiser fazer uma política de controle de preços dos alimentos você vai comprar briga com quem? Com o governo francês? A soberania nacional está indo para o espaço.

Há uma coisa muito séria, meu caro: nação. Sem a nação você não resolve a questão social. Porque o resto do mundo não está disposto a receber os brasileiros como imigrantes. Nem está disposto a fazer donativos para a gente fazer política social. Então, ou a gente resolve, reduzindo os gastos com juros e aumentando o investimento social, produzindo empregos para os brasileiros, ou a gente não resolve. Por isso temos de ser nacionalistas. Um problema sério no Brasil é que as pessoas perderam a referência nacional. Precisamos de um Estado nacional. Quando se diz nação robusta isso exige um Estado democrático robusto. É um debate antigo no Brasil, que não está resolvido. Mas foi sepultado. Durante o período de Fernando Henrique passou a ser palavrão falar desenvolvimento econômico, falar política

industrial, falar Estado nacional... Tudo isso saiu do debate.

O senhor disse que pegou o BNDES moído. O que isso quer dizer?

Eles iam destruir o BNDES. Era um banco de desenvolvimento que eles converteram em banco de negócio. Quando eu assumi o BNDES a primeira briga que tive foi dizer que eu ia reformar o banco para ele voltar a ser um banco de desenvolvimento. Aí joguei para o espaço a reforma que eles haviam feito, que havia custado 8 milhões de reais, e sem gastar um tostão eu reorganizei o banco em menos de 60 dias. A estrutura do banco não conseguia pensar mais o desenvolvimento.

Eles tinham partilhado por dentro. Eles tinham feito uma destruição dos núcleos de decisão e análise do BNDES. Eu reconstitui esses núcleos. Agora, recursos o BNDES tinha. Só que muitos deles estavam em dívidas não pagas. Aí eu saí de porrada em cima. Lembra da briga que eu tive com a Eletropaulo? E depois tinha empresa brasileira correndo o risco de virar multinacional. Eu

comprei ações da Vale do Rio Doce para evitar que ela virasse empresa estrangeira. Eu fiz muita travessura!

Como o senhor analisa a recente mudança na linha de crédito do banco?

Eu não gosto nada. Eles criaram uma linha de crédito automático para a grande empresa. Eu acho um grande erro. Eles voltaram a pensar em termos de empresa. Infelizmente a atual direção do BNDES está voltando a botar de novo o banco na direção de banco de negócio. E está fazendo uma coisa surpreendente para mim, que é uma campanha publicitária. Eu fiquei dois anos lá e não gastei dinheiro em propaganda. Eu só gastava dinheiro para publicar balanço, editais, alguns livros, coisas assim.

Qual é o sentido de eu pagar para a Rede Globo dizer que o BNDES é um banco de desenvolvimento? Estão também com discurso de fortalecer o mercado de capitais. Eu acho que é bom fortalecer o mercado de capitais. Mas é preciso criar o pequeno acionista e não apoiar os grupos piranhas que só fazem as grandes operações. E acho que criar linha de crédito automático para a grande empresa é um equívoco fundamental. Eles estão começando a empurrar o banco para uma direção que eu lamento.

Osvaldo Bertolino é jornalista do Portal Vermelho e integrante do conselho de redação do Debate Sindical

Um novo ciclo da economia nacional?

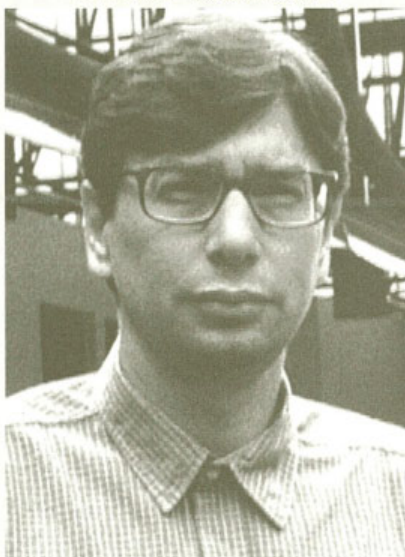
A decadência do ciclo da mineração do ouro prolongou-se por cerca de sete décadas no Brasil do século 18. A longa fase de regressão econômica somente foi contida no início do segundo quartel do século 19, quando a expansão cafeeira no Sudeste engatou o país na locomotiva da expansão internacional do comércio.

Do Brasil saíam produtos primários, como café, açúcar, algodão e borracha, em troca das manufaturas dos países industrializados. Essa forma de inserção mundial guardava consigo brutal desigualdade nas trocas entre mercadorias de maior preço e valor agregado provenientes dos países ricos e produtos primários de baixo preço e pouco conteúdo agregado por parte dos países pobres.

TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Um latino-americano ilustre, Raul Prebisch, produziu em 1949 o manifesto dos países subdesenvolvidos denunciando esse processo de transferência de renda. Somente uma mudança radical na divisão internacional do trabalho poderia abrir alguma perspectiva de enfrentamento das mazelas sociais desde que acompanhada do rápido crescimento econômico sustentado pela industrialização nacional.

MARCIO POCHMANN



Opção do governo é por caminhos de menor resistência diante dos ricos

Na Depressão de 1929, o insucesso cafeeiro foi sucedido pela opção do governo Vargas de desencadear um projeto nacional de industrialização no país agrário-exportador. As reações, como na insurreição de 1932, foram acomodadas pela convergência da expansão da renda impulsionada pelo forte crescimento durante meio século de industrialização (1930-1980).

FINANCEIRIZAÇÃO DA RIQUEZA

No início da década de 1980, no entanto, a crise da dívida externa fez com que o país perdesse o eixo do desenvolvimento. De lá para cá, o Brasil tem se caracterizado pela estagnação. Em síntese: já se trata de 1/4 de século ocupado por governos comprometidos com a administração da mais grave crise desde 1840.

A escolha governamental tem

sido por caminhos de menor resistência política, atrelada, em geral, à mera administração da crise, o que proporciona o aprofundamento da socialização dos prejuízos entre a parcela pobre. Enquanto isso, as famílias ricas beneficiam-se cada vez mais da financeirização da riqueza.

A cada ano, 20 mil clãs de famílias muito ricas recebem cerca de 7 a 8% de todo o PIB por adquirirem títulos que lastreiam a dívida pública. A nova riqueza financeira tem como sustentáculo o poder público que, ao economizar recursos com os investimentos sociais, gera um superávit fiscal apropriado justamente pelos muitos ricos.

ATÉ QUANDO?

Em meio à letargia dos governos que optaram pela via do não constrangimento dos ricos, prossegue a regressão econômica e social decorrente do ciclo da financeirização. Ao mesmo tempo, a exportação de produtos primários, como soja, suco de laranja, frango e minério de ferro, fortalece gradualmente um novo engate na economia mundial por meio do retrocesso da inserção externa nos moldes do século 19.

Duas forças políticas comandam esse novo curso do ciclo econômico: as famílias financeirizadas e as famílias exportadoras de produtos primários, que cobram do governo seu quinhão desde que não tenham de enfrentar uma nova maioria política nacional capaz de colocar o Brasil em novos rumos. Até quando?

Marcio Pochmann é professor e pesquisador do Instituto de Economia da Unicamp/SP

Crescimento pontual não equaciona crise do trabalho

Num quadro de grave crise política, florescem as idéias para aprofundar o modelo econômico neoliberal contrário à valorização do trabalho — como a proposta do déficit zero

FLÁVIO TONELLI VAZ

Em momentos de crise política, o discurso dominante se encarrega de afastar os debates sobre alternativas econômicas. Ao contrário, florescem idéias para aprofundar e estabilizar ainda mais este modelo — como a desenvolvida em torno do déficit zero. Por entender que a mudança nos rumos desta política econômica é fundamental, este texto busca demonstrar como sem esta mudança, que valorize o trabalho e direitos dos trabalhadores, o Brasil não alcançará um processo duradouro de desenvolvimento econômico e social.

Pelos dados publicados pelo IBGE (Síntese dos Indicadores Sociais de 2004, com os resultados apurados pela PNAD-2003), o país contava 87,8 milhões de pessoas economicamente ativas. Um número pequeno que correspondia a apenas 61% da população em idade ativa. Estavam ocupados pouco mais de 79 milhões de trabalhadores; outros 8,5 milhões estavam desempregados e procurando trabalho.

Considerando o rendimento médio total, 10% dos ocupados ganhavam menos de meio salário mínimo e 17,8% recebiam entre

meio e um mínimo. Na região nordeste, 46% dos trabalhadores recebiam menos de um mínimo. Como retrato da precariedade vivida pelos trabalhadores: desemprego, informalidade, baixos salários e desproteção previdenciária — menos da metade dos trabalhadores ocupados (*tabela 1*).

Ressalte-se a imensa quantidade de trabalhadores ocupados que são considerados não-remunerados: mais de 5,6 milhões trabalham para o próprio consumo, como em economias familiares. A esse conjunto de “sem-rendas” devemos somar os desempregados e os que já estavam no desalento e sequer procuravam emprego, estando à margem dos dados da população economicamente ativa.

A alta rotatividade é também um agravante. Os dados do Ministério do Trabalho e do Emprego constantes do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) mostram que, ao final de 2003, dos 22,4 milhões de trabalhadores urbanos e rurais com contratos CLT por tempo indeterminado, apenas 66% trabalhavam há mais de 12 meses e 19% não haviam completado seis meses. Ao todo, descontados os servidores estatutários efetivos, um em cada três trabalhadores do mercado formal possuía menos de um ano de colocação (*tabela 2*).

TABELA 1: Mercado de trabalho no Brasil em 2003, PEA, população ocupada e filiação previdenciária

Indicadores nacionais em 2003	
População em Idade Ativa	146,3
População Economicamente Ativa	87,8
População ocupada	79,2
Empregados	37,9
Militares e estatutários	5,2
Trabalhadores domésticos	6,1
Conta própria	17,7
Empregadores	3,3
Não-remunerados	5,6
Contribuintes para a Previdência	36,6

Fonte: IBGE-Pnad 2003

DESPROTEÇÃO DO TRABALHO

Essa realidade do mercado de trabalho não foi construída de uma hora para outra. Foram anos seguidos de desemprego alto e crescente, de queda relativa dos salários e da massa salarial, de políticas favoráveis à terceirização e à precarização e, por fim, da insuficiente fiscalização das relações de trabalho.

Nos anos 90, os trabalhadores foram duramente penalizados: a

brutal crise do início da década expandiu a informalidade e precarizou as relações de trabalho, e novas tecnologias e transformações na organização da produção mudaram profundamente a relação entre o produto e o trabalho. O encadear desses fatores agiu sobre uma realidade já duramente prejudicada pelo período anterior, já que a década de 80 não havia sido um período feliz para os trabalhadores. A ausência de projetos nacionais voltados para a valorização do trabalho não poderia promover resultados diferentes.

Este trabalho levanta dados desde 1979, ano que antecede a chamada década perdida. Antes, o país já vivia os efeitos de uma grande crise de financiamento externo que iria culminar numa moratória. Durante esses 25 anos, o país viveu espasmos de crescimento alternados com crises que evidenciam a falência dos diversos projetos. A parcela dos trabalhadores desocupados cresceu violentamente, aumentou sete vezes mais do que a população em idade ativa. A precarização também se expandiu. Enquanto o trabalho com carteira aumentou 57%, o trabalho por conta própria subiu mais de 132%. Somente entre 1989 e 1992, o número de trabalhadores

empregados caiu mais 10 milhões. Aliás, o número de trabalhadores com carteira assinada em 2003 ainda era inferior ao existente em 1989.

Ao final de 1999, os dados indicavam um crescimento espantoso da população desocupada, nada menos do que 304%. Enquanto isso, o número de ocupados aumentou apenas 18%, menos do que a PEA (27%). A precarização do trabalho foi marcante. O número de empregados caiu 8% e o de empregados com carteira caiu ainda mais, 17%. Em contrapartida, os ocupados sem remuneração cresceram 40%.

A realidade dos anos 90 demonstrava tamanha informalidade que o IBGE em 1996 criou novas categorias para expressar a posição dos trabalhadores na ocupação, subdividindo o que antes era agrupado dentro da categoria “sem remuneração”. Foram instituídas novas classificações para representar os “trabalhadores para o próprio consumo” e os “trabalhadores na construção para o próprio uso”. Em 1999, mais de 3,2 milhões de trabalhadores trabalhavam nessa condição, somando-se aos 6,7 milhões de ocupados não remunerados, que representam a categoria dos que trabalham, mas sobrevivem

exclusivamente dos benefícios previdenciários.

Desde 2000, mesmo sem abandonar o aspecto cíclico, o Brasil experimentou dois anos positivos em termos de crescimento. O PIB médio de 2004 é 14% superior ao de 1999, impulsionado basicamente pela agropecuária, que cresceu 25%. Sob a ótica do consumo, a produção nacional voltou-se para a exportação, que cresceu nada menos do que 71%. Mas o consumo das famílias cresceu apenas 7%, e o consumo do governo, apenas 6%. Esses dados representam, respectivamente, a realidade de baixos salários do mercado de trabalho e o imenso arrocho fiscal a que foi submetido o setor público, com a produção sistemática e crescente de superávits primários. A geração de emprego ocorrida veio acompanhada da redução salarial. Não apenas o salário médio perdeu para a inflação, como também a massa salarial não acompanhou o pequeno aumento dos postos de trabalho.

DESMONTE NEOLIBERAL

O período neoliberal, que se inicia nos primórdios dos anos 90 e que ainda permanece enquanto diretriz essencial da ação política e de estruturação da economia, não traz bons resultados para os

TABELA 2: A rotatividade do mercado de trabalho no Brasil em 2003

TIPO DE VÍNCULO	TOTAL	Mais de um ano		Entre 6 e 12 meses		Menos de 6 meses	
		milhões	%	milhões	%	milhões	%
CLT	22,4	14,8	66,1%	3,3	14,5%	4,3	19,4%
Estatutário	5,4	5,1	93,1%	0,3	4,9%	0,1	2,0%
Avulso	0,1	0,1	79,0%	0,0	12,2%	0,0	8,8%
Temporário	0,5	0,1	28,1%	0,1	13,7%	0,3	58,2%
Outros ou ignorado	1,2	0,8	71,4%	0,2	19,5%	0,1	9,1%
Soma	29,5	20,9	70,7%	3,8	12,9%	4,8	16,4%

Fonte: MTE – RAIS 2003

Nota: Temporário inclui prazo determinado; Outros: Estatutários não efetivos

trabalhadores. Desde o governo Collor, profundas transformações se operaram no mercado de trabalho. Muitos foram os fatores objetivos e subjetivos, que contribuíram para esse processo: a abertura comercial indiscriminada, mudanças na produção, a grave crise de 1991/1992 e as demais que se sucederam, o pequeno crescimento econômico acumulado, a explosão do desemprego, as leis que flexibilizaram as relações de trabalho e até mesmo a nova formatação do aparelho estatal, inclusive com o desmonte da fiscalização do trabalho e previdenciária (rebaixamento salarial, programas de desligamento voluntário, desestruturação dos órgãos, falta de reposição de quadros, etc.).

Os dados do Ministério do Trabalho mostram o resultado combinado desses fatores. O PIB variou apenas 29%

(aproximadamente 1,7% ao ano) e o número de trabalhadores desocupados cresceu em mais de 6,7 milhões. A ocupação não significou vínculo com carteira assinada, que se manteve praticamente inalterada nesses 15 anos e, pior, ainda decaiu. A ocupação se deu de maneira informal ou na forma de trabalhadores por conta própria. Ao final de 2003, somente dentre os trabalhadores empregados existiam 23,7 milhões de trabalhadores com carteira assinada; mais da metade desse montante, 14,2 milhões, eram empregados sem carteira. A esse enorme contingente se soma também a maioria dos empregados domésticos, dentre os quais a informalidade também graça solta.

Um outro aspecto importante para essa análise diz respeito às remunerações. Do ponto de vista dos trabalhadores com carteira assinada, os dados do Ministério

do Trabalho e do Emprego revelam a força do achatamento salarial. Desde 1995, as únicas faixas salariais em que há contratações líquidas (contratações menos demissões), em todos os exercícios, situam-se abaixo de dois salários mínimos. Entre dois e três salários mínimos somente há saldo positivo a partir de 2000. Desde 1995, mais de 5,1 milhões de postos de trabalho com faixa de salário acima de três mínimos foram extintas.

No primeiro mandato de FHC, mesmo com o crescimento econômico ocorrido, há meio milhão de demissões a mais do que o número de contratações, tomadas todas as faixas de salário. No segundo mandato, mesmo com o resultado positivo de 2000, não há sequer a recuperação desse desastre.

Nem mesmo com o crescimento econômico de 2004 e o aumento da fiscalização promovido pelo MTE há

TABELA 3: Evolução do mercado de trabalho, Brasil, 1979 a 2003

NATUREZA DO VÍNCULO	1979	1985	1989	1992	1996	1999	2003	79/03	89/03	99/03
PIB (1979=100)	100,0	116,3	133,5	128,3	152,4	158,9	172,1	72%	29%	8%
População em idade ativa	84,4	98,3	110,3	—	123,6	130,1	143,0	69%	30%	10%
População Economicamente Ativa	45,4	55,1	62,5	—	73,1	79,3	87,8	93%	40%	11%
População desocupada	1,2	1,9	1,9	—	5,1	7,6	8,6	586%	352%	12%
População ocupada	44,2	53,2	60,6	65,2	68,0	71,7	79,2	79%	31%	11%
Empregado	27,5	34,4	40,0	30,1	36,1	36,8	43,1	57%	8%	17%
Empregado com carteira	—	—	23,7	—	19,7	19,6	23,7	—	-0,1%	20,6%
Militares e estatutários	—	—	—	4,0	4,6	4,7	5,2	—	—	11%
Trabalhadores domésticos	—	—	—	4,4	5,0	5,3	6,1	—	—	14%
Conta própria	9,6	12,1	13,3	14,1	15,2	16,6	22,4	132%	69%	35%
Empregadores	1,7	1,7	2,6	2,4	2,5	2,9	5,4	223%	9%	86%
Trabalhadores para o próprio consumo	—	—	—	0,0	2,9	3,2	3,3	—	—	4%
Não-remunerados	5,3	5,0	4,8	6,8	6,2	6,7	5,6	5%	18%	-16%
Sem declaração	0,0	0,0	0,0	0,1	—	—	0,0	—	—	—
Ocupados com rendimentos	38,8%	48,2	55,9	51,0	58,7	61,7	77,0	98%	38%	25%
Contribuintes para previdência	21,7	25,2	30,6	—	29,7	—	36,6	69%	19%	—

Fonte: PNADs

Empregados com carteira exclui militares e servidores estatutários.

A apresentação das diversas PNADs é diferente e nem todas as informações estão disponíveis para todos os exercícios.

contratações líquidas nas faixas acima de três mínimos. Esse fluxo periódico de trabalhadores para faixas de remuneração mais baixas acarretou profundas mudanças na composição da remuneração. Os dados comparados das RAIS demonstram que, em 1995, 23% dos trabalhadores recebiam entre um e dois salários mínimos. Em

2003, esse percentual representava 39%. Na outra ponta das faixas de remuneração, entre os trabalhadores que recebiam mais de sete salários mínimos, o número caiu de 21% para 12%.

LIMITES DO CRESCIMENTO

Ressalte-se ainda que existe

um enorme número de trabalhadores ocupados sem remuneração. Em torno de 10% do total de trabalhadores ocupados está praticamente excluído das relações capitalistas de produção, com graves repercussões para o mercado interno — já em 1979 eram 5,6 milhões, 12% dos ocupados. Ao longo da década de 80, esse conjunto caiu para 8%, seu menor valor. Ao final dos anos 90, chegou a 14%. Em 2003 retrocedeu a 11%, um patamar ainda muito alto.

Os indicadores do mundo do trabalho são uma importante ferramenta para análise da situação econômica e social, aferindo os graus de produção e de distribuição de renda. No Brasil, mesmos nos incertos momentos de crescimento econômico, os trabalhadores não conseguiram recuperar as perdas promovidas no período anterior. Em grande parte isso decorre do fato de que esses crescimentos econômicos não se compõem num projeto nacional. Voltadas ao mercado e os seus interesses, não estiveram realmente preocupadas com a realidade do trabalhador brasileiro.

Assim, todos os setores que têm se preocupado com essa questão devem redobrar a sua atenção com as medidas que tentam pelos mais diversos meios blindar ou estabilizar o modelo econômico em curso. A divisão do bolo é sempre uma promessa para o futuro. O resultado concreto tem sido tão somente a sua acumulação e a sua desnacionalização.

Flávio Tonelli Vaz é assessor técnico da liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados

TABELA 4: Contratações líquidas com carteira assinada, 1995-2005

Faixa salarial em salários mínimos	Lula (03-05)	FHC - 2º (99-02)	FHC - 1º (95-98)	Soma	Soma por faixas
0,51 a 1,0	933,6	869,0	608,7	2.411,2	9.144,0
1,01 a 1,5	2.451,3	1.661,7	625,2	4.738,2	
1,51 a 2,0	1.008,3	834,7	151,6	1.994,6	
2,01 a 3,0	78,4	129,4	-171,1	36,7	-1.963,5
3,01 a 4,0	-187,6	-376,9	-532,3	-1.096,9	
4,01 a 5,0	-170,4	-312,3	-420,6	-903,3	
5,01 a 7,0	-224,9	-407,7	-565,1	-1.197,8	-3.191,8
7,01 a 10,0	-143,8	-284,6	-399,3	-827,8	
10,01 a 15,0	-88,6	-186,5	-290,0	-565,2	
15,01 a 20,0	-36,5	-71,0	-130,4	-237,9	
MAIS DE 20,0	-65,6	-111,3	-186,3	-363,2	
IGNORADO	27,4	41,6	201,3	270,4	6.367,8
Total por ano	2.140,4	452,6	-484,3	4.259,1	

Fonte: CAGED - MTE

2005 = acumulado 12 meses (07/2004 a 06/2005)

TABELA 5: Evolução da distribuição dos trabalhadores com carteira assinada por faixa de remuneração

Faixa de remuneração	1995	2000	2003
até 1	1.019,3	885,5	1.379,9
de 1 a 2	5.457,7	7.194,5	11.436,3
de 2 a 3	4.543,4	5.793,3	6.136,1
de 3 a 7	7.206,5	7.771,9	6.971,4
mais de 7	5.059,1	4.443,2	3.547,6
Ignorado	469,6	140,2	73,5
Total	23.755,7	26.228,6	29.544,9
% até 1	4,3%	3,4%	4,7%
% de 1 a 2	23,0%	27,4%	38,7%
% mais de 7	21,3%	16,9%	12,0%

Fonte: MTE - CAGED - RAIS - 1995, 2000, 2003

Em faixas de salário mínimo

PPPs: saída para a frente

Ao contrário do que afirmam certos sindicalistas, as Parcerias Público-Privadas podem cumprir um papel decisivo na retomada do crescimento econômico

ELIAS JABBOUR

Há algum tempo causa-me perplexidade a posição de muitos sindicalistas — arautos da combatividade e da defesa dos interesses gerais e específicos da classe trabalhadora — quanto ao papel que as famosas PPPs (Parceria Público-Privadas) poderiam cumprir na retomada do crescimento econômico.

É certo que o governo se equivocou ao não priorizar as PPPs em detrimento dos ajustes previdenciário e fiscal. Foi um erro grosseiro, mas que pode ser corrigido neste momento de ofensiva da direita. Essa viragem demandaria coragem política para abandonar esta política de combate obstinado da inflação que serve apenas aos interesses alienígenas e que tem em Antonio Palocci (menina dos olhos da *Veja*, *Folha*, *Estadão* e, portanto, do imperialismo) e Henrique Meirelles seus representantes no governo Lula.

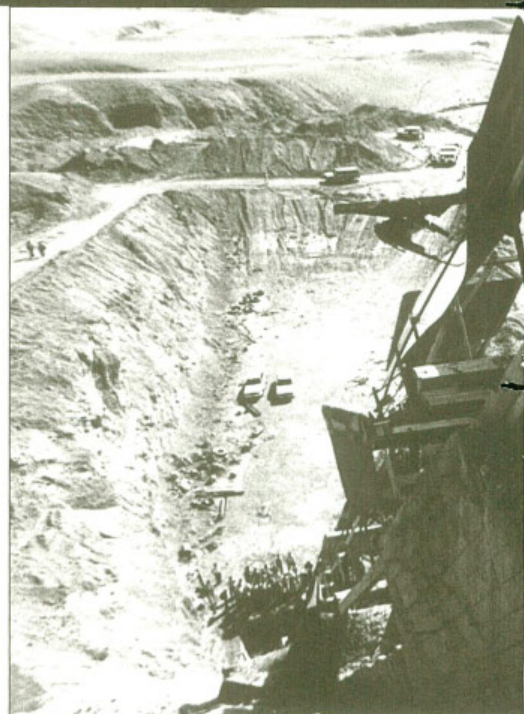
DIREITISMO DE ESQUERDA

Para uma parte dos

sindicalistas, a história do sindicalismo teve início somente com as greves deflagradas no final da década de 70. Logo, não poderia impressionar a capacidade destes em alimentarem suas bases, geralmente despolitizadas, com falsas polêmicas. Quanto às PPPs, afirma-se que elas estariam alinhadas a um pretensão “privatismo” e que, portanto, serviriam apenas aos empresários e não aos trabalhadores.

Ora, essa afirmação coloca estes “arautos da combatividade”, incluindo alguns deputados “defensores dos trabalhadores”, francamente à direita de muitos economistas de esquerda que há muito tempo já sabem que a retomada do ciclo

A história evidencia a necessidade do revezamento entre Estado e iniciativa privada na consecução de tarefas econômicas



desenvolvimentista em nosso país (portanto, gerador de emprego e renda) passa necessariamente pela transferência de certas atividades, hoje sob controle do Estado, à iniciativa privada.

Em suma, as PPPs engendrariam um novo ciclo de crescimento duradouro. Crescimento que nada tem de conflito com os interesses gerais da classe trabalhadora. Muito ao contrário. Os trabalhadores seriam os maiores interessados, pois recessão econômica e isolamento político andam lado a lado. Em outras palavras: o isolamento incapacita uma política de unidade com outros segmentos da sociedade e, sem unidade, os trabalhadores estão condenados, como se viu durante toda a década de 90, a derrota política.

VERDADE ECONÔMICA

Os “arautos da combatividade” deveriam partir da idéia de que o Estado nacional brasileiro está falido, ou seja, sem condições de tocar adiante grandes projetos em infra-



Divulgação

estrutura. Esta limitação financeira, ou em linguagem mais erudita este “esgotamento da capacidade de endividamento”, é causada pelo excessivo endividamento externo. Grande parte deste endividamento é causada pela compra de materiais que já poderiam ser fabricados (leia-se geração de empregos) aqui no Brasil.

Por outro lado, uma abordagem séria levaria em conta que a história do desenvolvimento econômico é marcada pelo revezamento entre Estado e iniciativa privada na consecução das tarefas econômicas. O limite de um e de outro setor está justamente nisto que acabei de salientar: no esgotamento da capacidade de endividamento.

Esta é a verdade econômica a ser sustentada e que somente um economista e marxista-leninista (portanto, um “arauto da verdade objetiva”) do porte de Ignácio Rangel pode sustentar como “profeta desarmado” desde o fim da década de 70. Já na época, ele propôs a concessão de serviços públicos à iniciativa privada como

única solução para a crise que já se prenunciava e que, logo em seguida, tomaria forma sob uma escaldante crise das finanças públicas.

Como exemplo histórico deste revezamento, Getúlio Vargas (altamente nacionalista) de um lado estatizou as indústrias de energia elétrica e petróleo e, de outro, admitiu investimentos estrangeiros nas indústrias mecânicas (Mannesman, Krupp).

CENTRO DA POLÊMICA

Posto em relevo a necessidade de um reordenamento das tarefas econômicas entre o Estado e a iniciativa privada, a verdadeira polêmica reside na intransigência, de nossa parte, que os equipamentos e máquinas (geradores, locomotivas, etc.) sejam fabricados em território nacional para atendimento das PPPs e não que sejam importados do exterior. A ponta deste processo incidiria no emprego não somente de milhões de trabalhadores, mas também na absorção de milhares de engenheiros que hoje saem das universidades e acabam, na melhor das hipóteses, abrindo pequenos negócios fadados à falência.

As Parcerias Público-Privadas podem ser a tábua de salvação para um governo composto por novas forças sociais no país

Não se pode admitir, portanto, o que acontece em São Paulo, onde um governo criminoso constrói alguns quilômetros de túneis de metrô e

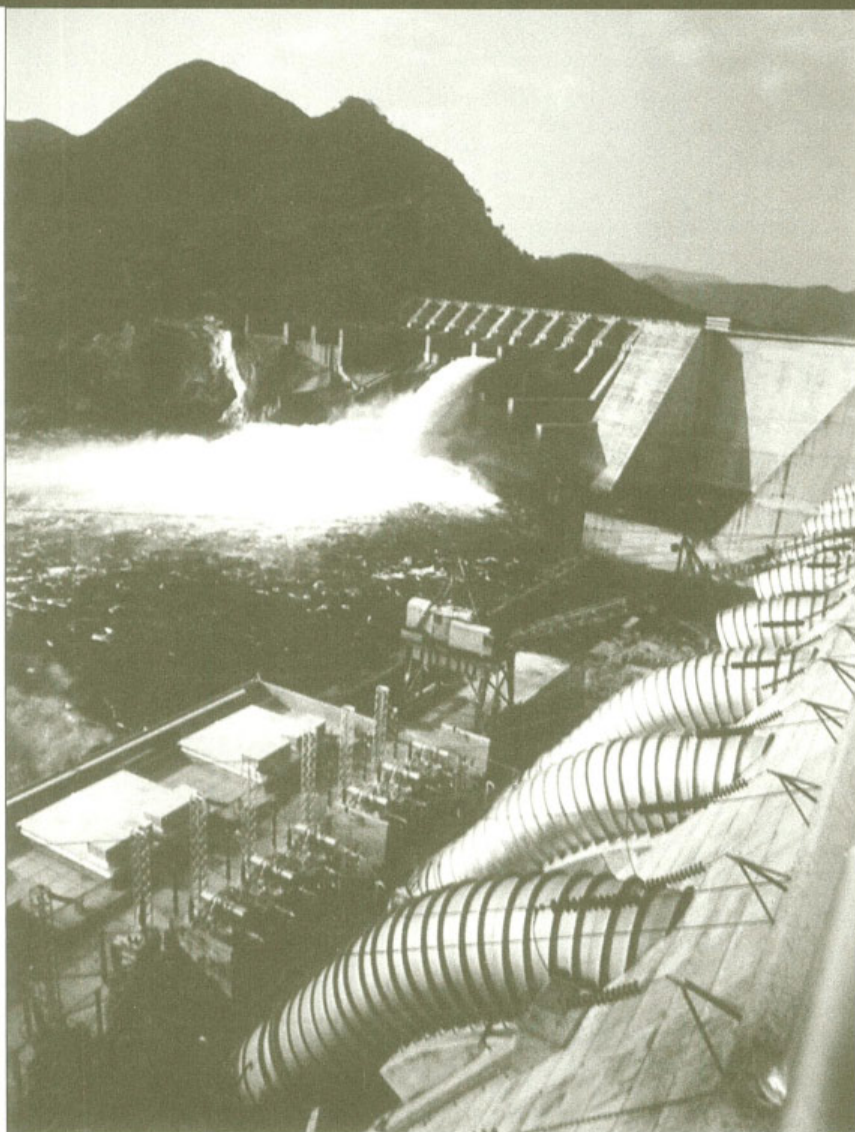
importa locomotivas canadenses e escadas rolantes coreanas. Neste caso, nossos economistas de direita proclamam um chamado custo-benefício empresarial, enquanto que num país com desemprego maciço como o nosso, o custo-benefício social deveria estar em primeiro plano.

Trocando em miúdos, a verdadeira polêmica não está na falsa assertiva estatismo *versus* privatismo, mas sim na utilização da capacidade produtiva instalada no Brasil ou na importação de equipamentos que aqui, tranquilamente, poderiam estar sendo fabricados. Esta é a luta política que os trabalhadores e seus representantes devem abraçar.

PAPEL DO ESTADO

As PPPs ideais, aquelas voltadas aos interesses nacionais e populares, devem estar voltadas unicamente aos *grandes projetos de infra-estrutura a serem construídos* e não às concessões de empreendimentos já prontos, como as que ocorreram com as estradas de São Paulo que só serviram para engordar a conta bancária de alguns “investidores” estrangeiros. Exemplo bastante didático estaria na construção de um triângulo ferroviário de alta velocidade ligando Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, passando por Campinas, Ribeirão Preto e a região do Triângulo Mineiro, com locomotivas, vagões, trilhos, operários e engenheiros nacionais.

O papel do Estado não seria diminuído. Como poder concedente, ele também seria hipotecador, ou seja, teria o poder de hipotecar a concessão e repassá-la para terceiros caso a mesma não cumprisse com suas obrigações contratuais. No caso das tarifas, a mesma em determinado momento pode ser maior ou menor que o custo do



Hans Günter Flieg

serviço e a diferença pode ser cobrada em forma de imposto pelos concessionários ou por subsídio pago pelo próprio tesouro.

O custo deverá ser conhecido e poderá ter como parâmetro a soma:

- das despesas correntes de exploração;
- uma reserva para a depreciação do capital constante; e
- um lucro legalmente autorizado e que deve cobrir, nos termos da atual legislação, o custo do capital nas condições do mercado monetário e de títulos internos.

Assim como o denominador

para o cálculo do valor de uso ou de troca de uma determinada mercadoria é calculado pelo tamanho de trabalho social gasto, a quantidade do serviço prestado será o denominador para a fixação de tarifas. Ao Estado caberá ainda avaliar empréstimos às instituições bancárias privadas em território brasileiro. Portanto, a luta pela redução das taxas de juros é parte substancial para que as PPPs sirvam exclusivamente para os interesses gerais da nação e dos trabalhadores.

MARGEM DE MANOBRA

As PPPs são a principal parte de um processo que pode se

iniciar com vistas à retomada do crescimento econômico do país. Ao mesmo tempo em que numa posição ofensiva os trabalhadores ganham poder de barganha, o Estado nacional brasileiro ganha margem para o provimento de políticas públicas, como a reforma agrária, os investimentos sociais massivos em educação e saúde, além do crescente planejamento do comércio exterior direcionado à China, seus parceiros latino-americanos e à África.

O governo ainda ganharia força para a renegociação das dívidas interna e externa, pois um país com crescimento econômico quase nulo não tem condições de renegociar nada: é como um mendigo pedindo esmolas no farol. À medida em que mostrarmos ao imperialismo nossa capacidade de arcar com os nossos compromissos, não arcar com os ditos é uma questão de tempo. A dívida como está formulada não pode ser paga, sobretudo com tantas recessões a que estamos submetidos pelo capital financeiro internacional.

As PPPs podem ser a tábua de salvação de um governo composto por novas forças sociais. O contrário, ou seja, a não implementação de forma imediata destas, significará a derrota política do projeto de emancipação nacional e social, logo das esquerdas como alternativa de poder do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- Rangel, Ignácio. “Economia: Milagre e Antimilagre”. In *“Obras Reunidas de Ignácio Rangel”, volume 1*, Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2005.
- Rangel, Ignácio. “O direito da esquerda”. In *“Obras Reunidas de Ignácio Rangel”, volume 2*, Editora Contraponto, RJ, 2005.

Elias Jabbour é mestre em geografia humana pela USP e membro da comissão editorial da revista *Princípios*



Wilson Dias/ABr

As resistências ao projeto do governo

MARCOS VERLAINE

No debate sobre a reforma sindical, ainda em tramitação na Câmara, um importante aspecto do tema não foi devidamente explorado: como alterar um artigo da Constituição que sequer foi regulamentado? Trata-

se do artigo 8º, que define a estrutura sindical brasileira. Diante desse aspecto, importantes lideranças partidárias argumentam que alterar artigo da Constituição que ainda não foi regulamentado pode produzir um “vício de origem”, o que torna a PEC da reforma sindical inconstitucional.

Com o propósito de regulamentar esse artigo, já tramitam na Câmara dois projetos de lei. Um é o PL nº 4.554/04, do deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG) e subscrito por 198 deputados, que conta com o apoio das confederações nacionais de trabalhadores. O outro é o PL

nº 5.275/05, do deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP) que, segundo ele, é apoiado por setores patronais contrários à reforma do governo.

PROJETO BARBIERI

Em maio último, o deputado Barbieri apresentou para apreciação da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei número (PL) 5.275, de 2005, que regulamenta o artigo 8º da Constituição e dispõe sobre a organização sindical. Este projeto, segundo Barbieri, faz parte da “luta cerrada para derrubar a PEC-369 [do governo, que trata da reforma sindical construída no Fórum Nacional do Trabalho (FNT)]”.

Seu projeto guarda muitas semelhanças com o projeto do deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG), PL nº 4.554/04, respaldado pelas confederações nacionais articuladas no Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), contraponto ao FNT. As diferenças entre este e aquele são residuais e reforçam a luta contra a proposta do governo, garante o autor do projeto. Ele disse ainda que, para formular o projeto de lei, conversou com “o setor patronal que é contrário à proposta apresentada pelo governo”. A intenção do deputado é “trabalhar os dois projetos [o dele e o do deputado Sérgio Miranda]”, destacou.

O projeto Barbieri não tem novidades do ponto de vista do recorrente debate sobre a regulamentação do artigo 8º da Constituição. Politicamente, ele reforça e compromete a bancada peemedebista que “fechou questão” contra a reforma sindical. Ademais, o projeto cristaliza uma nítida posição contrária à alteração da Carta de 1988, no tocante à estrutura sindical.

Do ponto de vista da norma legal, o projeto tem o objetivo de

Ao alterar um artigo da Constituição que não foi sequer regulamentado, a PEC se tornou inconstitucional

“corrigir erros e desvios”, segundo Barbieri, do movimento sindical ao longo do tempo. Ele entende que a solução para corrigir estes erros não é a alteração da Constituição, mas sim a regulamentação do artigo 8º para o seu aperfeiçoamento.

PROJETO MIRANDA

O PL nº 4.554 sugere mudanças importantes para o aperfeiçoamento do sindicalismo sem, contudo, alterar a Constituição. Ele propõe alguns ajustes ao atual sistema, como o reconhecimento das centrais, a existência de representantes sindicais dentro dos locais de trabalho e o estabelecimento de padrões para os estatutos das entidades, especialmente no que se refere a eleições.

Os projetos Miranda e Barbieri têm diferenças pontuais irrelevantes. Nos aspectos centrais têm convergências e se completam. O primeiro tem apoio das confederações, excluídas dos debates no FNT. O segundo tem a simpatia de setores patronais que divergem da proposta do fórum do governo.

O deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS) é o relator dos projetos que estão sob apreciação da Comissão de Trabalho na Câmara. Segundo afirma, ele “tem posição contrária” a PEC da reforma sindical e deverá apresentar parecer sobre os projetos assim que passar o vendaval da atual crise política do governo Lula.

INVIABILIDADE DA REFORMA

Zimmermann diverge, na reforma sindical, em questões de mérito. Segundo ele, dois aspectos na reforma estão mal resolvidos. Um é a possibilidade de intervenção do Estado na estrutura sindical. O outro é a legitimidade do sindicato derivado. O relator também pontuou alguns itens da PEC da reforma com que diverge das posições defendidas pelo Ministério do Trabalho.

Ele disse que discorda da avaliação que o MTE faz sobre o movimento sindical. O relator não acha que “a estrutura sindical brasileira está falida; o sindicalismo do Brasil é um dos mais atuantes do mundo”, pontificou. Mas não são só críticas que Zimmermann faz acerca da reforma sindical. “A PEC melhora a estrutura sindical brasileira. O movimento sindical não será vítima de políticas anti-sindicais”, destacou.

“A reforma sindical se inviabilizou nesse ambiente”, disse o relator ao ser questionado sobre o futuro da proposta de reforma em discussão na Comissão de Constituição e Justiça sob a relatoria do deputado Maurício Rands (PT/PE). Ele lembrou ainda que as resoluções da 11ª Plenária da CUT reforçaram esta inviabilidade. Assim, “o governo não tem alternativa”: ou retira a proposta ou encampa as resoluções cutistas sobre a PEC. A Força Sindical também apresentou sugestões semelhantes as da CUT sobre a reforma. A “PEC não tem sustentação política, não tem como permanecer na Casa. Não tem solidez”, frisou Zimmermann.

Marcos Verlaíne é assessor parlamentar do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

A reforma sindical pode voltar à pauta

A posse no Ministério do Trabalho e Emprego do ex-presidente da CUT, Luiz Marinho, dá novo fôlego à reforma sindical. O ministério assume com múltiplos desafios, entre eles o de viabilizar a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 369/2004, que cuida da estrutura sindical.

Este tema, entre as prioridades do ministro, será o de mais difícil viabilização, especialmente porque requer mudanças no texto constitucional, o que exige quorum qualificado de 3/5 dos votos dos deputados e senadores, em dois turnos de votação.

CRISE POLÍTICA

A reforma sindical dificilmente terá desdobramentos significativos enquanto perdurar a crise política. No Congresso o clima não é nada receptivo ao debate dessa matéria. Lá parece que se consolidou um ambiente hostil ao tema, com pelo menos cinco partidos (PMDB, PSB, PCdoB, PPS e PDT) com questão fechada contra a matéria. Por mais que o ministro goze de boa reputação entre os parlamentares e esteja disposto a promover modificações no texto da PEC 369, dificilmente sua missão terá êxito este ano.

O debate da matéria, entretanto, pode ocorrer no

ANTÔNIO AUGUSTO DE QUEIROZ



Novo ministro do Trabalho pretende acelerar a votação da PEC do governo

Congresso e até criar condições, passada a crise política, para iniciar o processo de deliberação na Comissão Especial, segunda etapa da tramitação. Por enquanto, a PEC ainda está na primeira etapa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara, onde aguarda parecer do deputado Maurício Rands (PT/PE). O relator na CCJC é adepto e defensor do modelo proposto e, portanto, não será obstáculo ao andamento da matéria. Pelo contrário, só não liberou seu parecer ainda porque sentiu que o clima não estava favorável.

OBSTÁCULOS MAIORES

Já na Comissão Especial, que será criada para examinar o mérito da PEC, o relator será o deputado Jovair Arantes (PTB/GO), refratário ao modelo

proposto. Se prevalecer o nome dele (o deputado Vicentinho também pleiteia a relatoria) e depender de sua vontade, muito provavelmente o texto sofrerá profundas modificações, talvez até mais profundas que as sugestões aprovadas recentemente por várias centrais.

Num cenário desses, o possível, em matéria sindical, seria o debate da matéria na esfera infraconstitucional. Nesse nível existem apenas três matérias com possibilidade de votação: a) o projeto que cuida do custeio das entidades; b) os projetos de lei dos deputados Sérgio Miranda (PCdoB/MG) e Marcelo Barbieri (PMDB/SP), que visam a regulamentação do artigo 8º da Constituição; e c) o projeto de decreto legislativo que trata da convenção 87 da OIT.

TAREFA DO MINISTRO

O projeto de custeio substitui as contribuições compulsórias pela chamada de negocial, que será definida em assembléia e não poderá ser fixada em percentual superior a 1% da renda do trabalhador no ano anterior. Os projetos que regulamentam o artigo 8º da Constituição em síntese buscam reconhecer as centrais e democratizar os estatutos das entidades sindicais. Já o Projeto de Decreto Legislativo que ratifica a Convenção 87 da OIT aguarda decisão conclusiva do Senado.

A tarefa do novo ministro, a julgar pela reforma sindical, não será das mais fáceis.

Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

A histórica greve de 1995 e a força dos petroleiros

A greve de 31 dias, em maio de 1995, representou um marco na luta contra a truculência de FHC e a implantação do neoliberalismo no Brasil

FATIMA VIANA

Passados dez anos da histórica greve de 1995, que marcou o enfrentamento dos trabalhadores petroleiros ao projeto neoliberal, a categoria contabiliza a recuperação de direitos e continua lutando pela ampliação das conquistas e pela soberania nacional. O ano de 2005 marca o aniversário de uma década do maior embate político dos petroleiros contra o acionista majoritário da Petrobras — o governo: a greve de 31 dias, em maio de 1995, representou um marco na luta contra a implantação do neoliberalismo no Brasil.

Para compreender a deflagração e a dimensão daquele heróico movimento, é preciso situar a ação desses trabalhadores na primeira metade da década de 90. O enfrentamento que ali se configurou representou o patamar mais elevado de um processo iniciado em 1990, quando o governo Collor anunciou sua

intenção de demitir 16 mil petroleiros e apresentou a PEC-56, propondo a quebra do monopólio estatal do petróleo.

COMBATE A COLLOR

Os petroleiros iniciam a luta contra a política neoliberal, deflagrando uma greve em junho de 1990 que consegue reverter as demissões, embora tenha como saldo a dispensa de vários dirigentes sindicais. Em 1992, a categoria desenvolve intensa jornada de luta contra a PEC-56, somando a mobilização popular e à ação institucional. A luta dos sindicalistas possibilitou a constituição de um bloco

FHC adota linha de confronto, nega-se a cumprir acordos, retoma a onda de privatizações e dá início às reformas



parlamentar contrário à quebra do monopólio do petróleo, que é reforçado por intelectuais e militares nacionalistas.

O enfrentamento ao governo Collor não evitou as consequências das modificações que se processam no interior da Petrobras, como a adoção do “Programa de Qualidade Total”^[1], a redefinição dos efetivos de trabalhadores, a implantação da multidisciplinaridade e o avanço da terceirização.

Os trabalhadores, fortalecidos pela mobilização popular que pôs fim ao governo Collor, imprimem novo impulso às suas lutas, mesmo sob a pressão do desemprego. Como o quadro é de certa transitoriedade, as lutas e as reivindicações dos trabalhadores do setor estatal necessitam de interlocução direta com os ministérios a que estão ligados e, em alguns casos, com o presidente da República.

Em 1994 inicia-se a reestruturação interna da



Fotos: Arquivo do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte

Petrobras com a fragmentação da sua estrutura organizativa, criando as condições para a instituição das futuras Unidades de Negócios^[2]. A campanha salarial deste ano vai refletir essas mudanças, acumulando um conjunto de antigas e novas demandas, prolongando-se e tendo sua conclusão no momento pós-eleitoral, em plena transição do governo. A greve, iniciada em 27 de setembro, termina em 5 de outubro, após acordo entre o presidente Itamar Franco e a direção sindical.

A Petrobras se recusa a reconhecer o acordo, levando a categoria a retomar a paralisação no período de 23 a 25 de novembro. Desta vez, o retorno ao trabalho somente se dará após a assinatura de um acordo preliminar válido até a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho, no qual a empresa se comprometia a, no prazo de vinte dias, conceder um ajuste de interníveis nos salários^[3], o que resultaria num reajuste de dez a

doze por cento. Esse novo acordo também não foi cumprido.

TRUCULÊNCIA DE FHC

Com a posse de FHC, em janeiro de 1995, as privatizações são retomadas e têm início as reformas constitucionais. O governo adota uma linha de confronto, negando-se a cumprir os acordos assinados na gestão anterior. A insatisfação dos trabalhadores do setor estatal e dos servidores públicos com o projeto de FHC evolui para a construção de uma pauta única, na qual se exige o cumprimento dos acordos e compromissos assumidos com as entidades sindicais, a reposição das perdas salariais e a não realização das reformas constitucionais. Essa pauta foi protocolada pela CUT junto ao governo em abril de 1995.

Os petroleiros, após debates e mobilizações com a base, cobram da Petrobras o cumprimento do acordo assinado em 1994 e integram-se ao movimento

**Forças Armadas
ocupam refinarias
e o TST fixa multa
diária de R\$ 100
mil para os
sindicatos em luta**

unificado da CUT. A greve começa em 3 de maio, com a adesão dos petroleiros, eletricitários, marítimos e previdenciários. Outras categorias do setor estatal e do serviço público se mantêm mobilizadas. Eletricitários, marítimos e previdenciários retornam ao trabalho na primeira semana, antes mesmo do julgamento da greve pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os petroleiros permanecem em greve por 31 dias, desmascarando a face autoritária e conservadora de FHC.

O TST julgou a greve ilegal em 9 de maio, mesmo tendo sido avalista do acordo assinado e não cumprido pela direção da empresa. O TST fez um julgamento político da greve, considerando-a "abusiva", além de determinar o desconto dos dias parados e fixar multa diária de 100 mil reais, caso a categoria não retornasse às atividades no dia seguinte.

A partir de então, a greve ganha nova dimensão — não mais corporativa e sim de interesse nacional. O governo enfrentou os petroleiros usando o aparato de repressão do Estado; recorreu às Forças Armadas, invadiu e ocupou refinarias. A pressão ideológica ficou a cargo dos meios de comunicação; seguiu-se o crime das distribuidoras de gás de cozinha que, isolando os petroleiros, retiram o produto do mercado^[4].

No 30º dia da greve, face ao quadro nacional, sem que os demais segmentos do sindicalismo dessem alguma demonstração de força capaz de reforçar a greve, os petroleiros decidiram retornar ao trabalho. Nos anos 90, o movimento sindical enfrentou a violenta onda regressiva sobre o trabalho e os petroleiros enfrentaram ainda o ataque às suas organizações, que permaneceram até agosto de 1998 sob intervenção, com o patrimônio confiscado e as finanças bloqueadas, numa espécie de semiclandestinidade.

VITÓRIA DA RESISTÊNCIA

A greve produziu consequências para além dos efeitos negativos, posto que a resistência dos petroleiros dificultou a implementação do projeto neoliberal e impediu a privatização da maior empresa do

Onda neoliberal: Collor pretendia demitir quase 16 mil petroleiros e quebrar o monopólio estatal do petróleo

país e da América Latina — a Petrobras. Esta luta evitou perdas maiores, mas não imunizou esses trabalhadores contra a política neoliberal. Assim, a categoria foi reduzida de 60 mil, em 1990, para 32 mil, em 2002; a terceirização se elevou e, com isso, a precarização das condições de trabalho, com reflexos na segurança.

Ao final da década, a Petrobras ostentava a estatística de duas mortes por mês no ambiente de trabalho, sendo o ano de 1998 o

de pior índice, quando foram registradas 32 mortes. Foi um período marcado por graves acidentes, verdadeiras tragédias, no qual se destaca o afundamento da P-36, em março de 2001.

Com a eleição do atual presidente, a Petrobras voltou a figurar como esteio e suporte da economia nacional. Redirecionou seus objetivos, que agora não mais se limitam a conquistar dividendos para os acionistas. Retomou os investimentos e vem dando prioridade ao mercado interno, seja na aquisição de materiais, na contratação de serviços ou no desenvolvimento de tecnologia.

Passados quase três anos, a empresa aproximou o país da conquista da auto-suficiência em petróleo, programada para o próximo ano. Em 2005, por duas vezes, a produção nacional foi superior a 1.800.000 barris/dia,



quando o consumo nacional é da ordem de 1.900.000 barris/dia. A contratação de aproximadamente nove mil novos trabalhadores, nos últimos dois anos, e de mais dezoito mil até 2010, é um dos pontos que reforçam a convicção de que uma nova era se abre para a Petrobras.

Na campanha salarial de 2005, os petroleiros lutam para garantir a isonomia de direitos, eliminando a discriminação ainda existente, principalmente entre categoria ativa e aposentada; a implantação de um novo plano de cargos, capaz de corrigir as distorções do período anterior; a ampliação dos espaços democráticos internos; e o direito de interferir nos rumos da empresa.



Após a vitória de Lula, a Petrobras caminha para a auto-suficiência em petróleo e já retoma os empregos

VALEU A PENA

Entretanto, mesmo reconhecendo os avanços, ainda permanece extensa herança neoliberal na Petrobras. No gerenciamento das relações de trabalho, perdura a ausência de uma política de progressão funcional, extinta desde 1995, bem como a opção pelo Gerenciamento de Desempenho Pessoal — GDP^[5], abrindo a porta para o assédio moral. Permanece inalterada a política de terceirização e de segurança no trabalho.

Superar o neoliberalismo é tarefa de todos na luta por um Brasil soberano. Nessa luta, os

petroleiros apontam para a necessidade de um novo marco regulatório para o setor petróleo e da transformação da Petrobras numa Empresa Nacional de Energia.

A história da resistência dos petroleiros durante a prevalência da política neoliberal no país revela lições importantes, como a necessidade da luta dos trabalhadores. Necessidade para os trabalhadores e para o conjunto da sociedade. Os petroleiros sabem como ninguém o valor desta lição, destacada em um adesivo após a greve e confirmada nos dias atuais com a seguinte insígnia: Valeu a pena lutar!

NOTAS

1- A adoção do Programa de Qualidade Total na Petrobras atendia a política do governo para favorecer o setor produtivo privado;

2- A Unidade de Negócio é o formato seguido hoje pelas unidades da empresa no país, caracterizada pela autonomia de gestão;

3- As funções na Petrobras estão relacionadas às atribuições de cada trabalhador, a exemplo do operador de petróleo; cada função se divide em faixas (I, II e III) e elas são compostas por um determinado número de níveis. A diferença de salário entre um nível e outro varia de aproximadamente 3,5% a 5%;

4- Após a greve, o próprio Poder Judiciário reconheceu o crime praticado pelas distribuidoras de gás de cozinha, que esconderam o produto, provocando filas quilométricas e cobrando elevado ágio;

5- O GDP foi adotado em 1995 em substituição à política anterior baseada na avaliação dos trabalhadores para a concessão dos níveis salariais. É um acordo de metas com os quais o trabalhador se compromete, ficando seu acompanhamento e julgamento a cargo do gerente imediato. O atendimento das metas não se vincula à progressão funcional.

Fátima Viana é socióloga e diretora do Sindicato dos Petroleiros do Rio Grande do Norte

Escapando pelo ladrão

Detentor de parcela significativa dos recursos hídricos do planeta, o Brasil corre o risco de entregar esse bem essencial de bandeja à iniciativa privada

RITA CASARO

Se a água representará para o século XXI o que o petróleo foi para o XX, como prevêem os analistas, o Brasil será uma espécie de Arábia Saudita — ou Iraque — deste início de milênio. O país concentra cerca de 10% da água doce do planeta e despertou a cobiça dos grupos que operam pelo mundo e disputam um negócio que movimentará US\$ 400 bilhões por ano. A cidade de Limeira, no interior de São Paulo, foi a pioneira e desde 1995 a Suez (ex-Lyonnaise des Eaux) opera o serviço local, sob o nome de Águas de Limeira. O processo se notabilizou por aumento de tarifas e baixa qualidade dos serviços prestados, além de denúncia de corrupção na licitação levada à época ao Ministério Público. O aparente fracasso não foi o bastante para brejar a desestatização e hoje já há 58 concessões privadas, que atendem 63 municípios e 6,2

milhões de pessoas, segundo dados da Abcon (Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços).

Um dos aspectos mais nefastos da “herança maldita” deixada por FHC para o seu sucessor, a porta à privatização dos serviços de saneamento e dos recursos hídricos brasileiros continua escancarada. À Lei 9.987/95, que rege as concessões e abriu tal possibilidade, soma-se agora a PPP (Parceria Público-Privada), o principal indutor da desestatização em países europeus, sobretudo na França.

Ansiosas por expandir sua atuação, as empresas privadas,

O Brasil concentra 10% da água doce do planeta e despertou a cobiça dos grupos que disputam negócios de US\$ 400 bilhões



segundo a Abcon, aguardam apenas a aprovação do novo marco regulatório que tramita no Congresso, sob a forma do Projeto de Lei 5.296/2005. Construída com a participação das inúmeras entidades do setor, representadas pela Frente Nacional do Saneamento, a proposta finalmente institui um Plano Nacional de Saneamento Básico no País (*leia quadro*). Contudo, não impede a privatização dos serviços — talvez por não ter passado incólume pelo crivo do ministro da Fazenda Antonio Palocci. Assim, a maneira como serão operados os serviços será uma decisão das administrações municipais ou estaduais.

RECEITA PRIVATIZANTE

Essas, por sua vez, podem não ter outra saída, além de entregar a concessão ao mercado, em geral mais interessado em lucros que no bem-estar da população. Segundo o diagnóstico do Ministério das Cidades, 83 milhões de pessoas no Brasil não são atendidas por

Novo marco regulatório

O Projeto de Lei 5.296/2005, que institui o PNS (Plano Nacional de Saneamento Básico), foi o tema de seminário realizado em São Paulo, em 4 de julho último, pelo SEESP (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo) e pelo IPPC (Instituto de Políticas Públicas das Cidades). À espera de votação na Câmara dos Deputados, a proposta estabelece a garantia do direito à salubridade ambiental a todos os cidadãos e define as obrigações dos entes federados, ressaltando a competência regulatória da União. Introduz ainda um conceito mais amplo de saneamento, entendido como abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e de águas pluviais. Cada um desses itens é considerado "uma natureza dos serviços de saneamento", não um serviço em si, podendo, portanto, ser dividido em etapas, como adução e distribuição, a serem executadas por diferentes prestadores.

O PNS inclui na gestão do saneamento o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços. Sempre que houver delegação da prestação dos serviços será obrigatório contrato, sendo proibido o uso de instrumentos precários, como

licitação, ou de termos de dispensa ou inexigibilidade, bem como de contrato, serão apresentadas em audiência e submetidas a processo de consulta pública. O projeto prevê ainda a gestão associada entre os diversos entes da federação que poderão se valer da Lei 11.107/2005, que normaliza os consórcios públicos. O acesso à verba da União depende de adesão ao Sisnasa (Sistema Nacional de Saneamento).

Entre os pontos polêmicos, está o fim do subsídio cruzado externo a município, consórcio, região metropolitana, microrregião, região integrada ou aglomeração urbana. Assim, uma companhia como a Sabesp, por exemplo, não poderá mais simplesmente utilizar os recursos arrecadados numa cidade para investir em outra, considerada deficitária. Essa possibilidade continua existindo, desde que haja concordância de um município em subsidiar outro. Nesse caso, os recursos irão para um fundo específico.

A definição de quem detém o poder concedente, principal fonte de disputas nessa discussão, ficou fora do projeto. Segundo a Constituição Federal, a titularidade é dos municípios. No entanto, sobram dúvidas quando se trata das regiões metropolitanas, freqüentemente atendidas em conjunto por companhias estaduais. Nesses casos, há quem defenda que a titularidade é do Estado, interpretação, por exemplo, do Tribunal de Justiça de São Paulo. A questão aguarda sentença do Supremo Tribunal Federal.

sistemas de esgotos, 45 milhões carecem de distribuição de água potável e quase 60% dos esgotos de todo o país são lançados nos mananciais sem tratamento. O mesmo estudo aponta a ausência ou precariedade do serviço como responsável por 65% das internações hospitalares de crianças de zero a cinco anos.

Dar conta desse problema, universalizando o saneamento, inclusive o manejo de resíduos sólidos, demanda investimentos de R\$ 185 bilhões a serem feitos nos próximos 20 anos, segundo a Secretaria Nacional de

Marcello Casal Jr/ABr



convênios ou termos de cooperação. A celebração de contratos está condicionada à elaboração de plano de saneamento ambiental e à vigência de norma local de regulação dos serviços. As minutas de edital de



Marcello Casal Jr/ABR

Saneamento. A idéia do órgão federal, apostando-se que o país cresça 4% ao ano, seria destinar para essa área 0,45% do PIB (Produto Interno Bruto) — R\$ 6 bilhões em 2004, chegando a R\$ 12 bi em 2024. “Como o PPA (Plano Plurianual) prevê investimentos federais da ordem de R\$ 4,5 bilhões anuais, restariam R\$ 1,5 bilhão para serem financiados pelos operadores, governos estaduais e municipais”, ponderou durante seminário em São Paulo, em 4 de julho último, o secretário Abelardo Oliveira Filho.

No entanto, os planos podem não se confirmar. Em 2003 e 2004, o montante destinado ao saneamento ficou em R\$ 6,1 bilhão. Os chamados recursos não-onerosos (previstos no orçamento da União) somaram

Precariedade do setor de saneamento é responsável por 65% das internações hospitalares das crianças brasileiras

cerca de R\$ 2 bilhões e os onerosos — financiados pela CEF (Caixa Econômica Federal), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e outras instituições financeiras —, aproximadamente R\$ 4 bilhões. Contudo, apenas R\$ 1,54 bilhão foi de fato desembolsado, já que os operadores não foram capazes de fazer contratações.

INCERTEZAS DO FUTURO

A primeira dúvida quanto à concretização desse projeto diz respeito ao próprio desempenho da economia brasileira, cuja expansão está comprometida pela política monetária. A segunda é se o que está previsto no PPA será de fato respeitado, tendo em vista o contingenciamento orçamentário e as novas propostas de desvinculação de verbas para perseguir o déficit nominal zero. O terceiro ponto é saber se estados e municípios, sem capacidade de endividamento e submetidos à Lei de Responsabilidade Fiscal, terão acesso ao dinheiro. Isso coloca em risco, inclusive, a execução integral dos R\$ 6,1 bilhões programados para 2005.

Esse quadro cria a situação bizarra na qual bilhões de reais sobram nos cofres dos bancos, mas não podem chegar aos municípios que precisam de dinheiro para construir redes de água e esgoto. “Não faltam recursos para o setor. Este ano, o

BNDES estimava emprestar R\$ 3 bilhões ou R\$ 4 bilhões, mal conseguiu contratar R\$ 400 milhões por falta de projetos com viabilidade”, informou o gerente do Departamento de Desenvolvimento Urbano do banco, Mario Miceli. “Não se pode financiar o setor público. Para conseguir operar, temos que fazer engenhocas, como uma operação privada para uma companhia estatal”, completou.

Tais “engenhocas” são as alternativas apresentadas pelos agentes financeiros para driblar as restrições ao financiamento público, como as operações estruturadas (que incluem locação de ativos construídos pela iniciativa privada, concessão privada e operações de mercado de capital, como Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios e Fundo de Investimento em Participação) e, claro, as PPPs.

Se o governo não dá sinais de recuar na opção privatista, resta aos movimentos sociais organizar a resistência ao que pode ser uma catástrofe, caso a desestatização ocorra em larga escala no Brasil. Um esforço nesse sentido aconteceu no dia 18 de maio, quando representantes de diversas organizações, reunidos no Instituto Polis, discutiram a formação de uma coalizão em defesa da água como bem público. Entre os pontos tratados, um consenso pela sua gestão cidadã e contra a privatização. Para tanto, ficou clara a necessidade de se construir uma plataforma nacional, inspirada na de caráter mundial apresentada durante o V Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre, em janeiro último.

Rita Casaro é jornalista, assessora de imprensa do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo e integrante da coordenação estadual do Instituto Maurício Grabois (IMG-SP)

Decisões do congresso da Força Sindical

Em um momento dramático da vida política brasileira, cheio de perigos e tentações, a Força Sindical realizou o seu 5º Congresso, de 2 a 4 de agosto, na Praia Grande.

Os 2282 delegados das 1040 entidades representadas não desprezaram — é óbvio — a conjuntura política e reafirmaram como um clamor das bases a exigência de apuração rigorosa da corrupção, de punição dos culpados e de adoção de medidas práticas capazes de impedir os abusos que pervertem a democracia brasileira.

ANTECIPANDO O ENQUADRAMENTO

O congresso foi estruturado no molde dos setores econômicos, antecipando as medidas futuras de organização e enquadramento sindicais. Assim, além dos delegados individuais de cada uma das entidades presentes, havia a massa de delegados representantes dos quinze setores determinados pelo Dieese a pedido do Fórum Nacional do Trabalho (Administração Pública, Alimentação, Aposentados, Comércio, Construção Civil, Educação/Cultura/Esporto, Financeiro, Metalúrgicos, Químicos, Rural, Saúde, Serviços, Têxtil/Vestuário, Transporte e Urbanitários), incluídos na

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO



Central decide lutar contra a corrupção, pela reforma sindical e por mudanças no país

proporção “de um delegado para cada 2971 associados aos sindicatos filiados no respectivo setor, mais os aposentados na mesma proporção”.

Os resultados do congresso, além da eleição da nova direção nacional presidida pelo metalúrgico Paulo Pereira da Silva, podem ser sintetizados em quatro grandes blocos:

CONTRA A CORRUPÇÃO

- Posição política firme contra a corrupção que rouba recursos do povo trabalhador e estabelecimento de um cronograma de mobilizações junto às bases e junto com outras entidades; a pizza não foi o prato preferido pelos congressistas que preferiram o boi “rolê” dos metalúrgicos;
- Uma pauta de reivindicações unitárias do movimento sindical,

como a definição de uma política de recuperação do valor do salário mínimo, a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e com alívio fiscal para as empresas, juros baixos, emprego, renda e cidadania. O lema central do congresso foi “distribuir renda é fortalecer o Brasil” e os participantes e dirigentes eleitos esperam que o governo (no que lhe compete) entregue aos trabalhadores o prometido e o combinado;

REFORMA EXEQUÍVEL

- Definição de pontos centrais exequíveis da reforma sindical, capazes de serem negociados e aprovados de imediato, tais como a constitucionalização das centrais e a legalização dos recursos sindicais, vinculando-os à representatividade das assembleias de aprovação;
- Desconfiança em relação às medidas que visam “blindar a economia” durante a crise de representação política, bem como desconfiança aguçada contra qualquer invencionice institucional. Se blindagem for necessária e se blindagem houver, o trabalhador tem que ser incluído no perímetro blindado e não pode ser dele descartado.

Um aspecto primordial desta “blindagem coletiva” é a tática, anunciada no congresso e já posta em execução pelos metalúrgicos de São Paulo, de antecipar as negociações salariais com vistas a garantir desde já os resultados das campanhas.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de trabalhadores em São Paulo

Paul Cezanne/Retrato de Gustave Geoffroy

Numa fase de crise da luta dos trabalhadores, os sindicatos devem dar ainda maior prioridade à formação política das novas lideranças

O desafio da formação dos novos quadros sindicais

AUGUSTO PETTA

A possibilidade de que os povos venham a superar o capitalismo e construir a sociedade socialista é real. Marx já a demonstrou com muita profundidade no século XIX. Não faz um século que ocorreu a primeira experiência socialista, a Revolução Russa de 1917, o que em termos históricos é um período curto. Portanto, a superação do modo de produção capitalista poderá demorar muito tempo.

Os sindicatos precisam se fortalecer cada vez mais para poderem contribuir no processo de superação do capitalismo. E é evidente que este fortalecimento exige a formação de novos quadros. Isso exige especial atenção com a juventude que, potencialmente, tem mais condições de se dedicar à construção deste novo tipo de sociedade.

O processo de formação no sindicalismo classista ocorre através das batalhas que desenvolve, buscando articular as

lutas econômicas, políticas e ideológicas e, ao mesmo tempo, realizando cursos, seminários, debates, atividades ligadas à comunicação, à imprensa e à cultura em geral.

Para Marx e Engels, as atividades de trabalho e educação devem integrar um único processo que articula teoria e prática. Os trabalhadores devem conhecer cientificamente os princípios gerais de todo o processo de produção, assim como devem saber manejar as ferramentas elementares das profissões. Desta forma é que vai se produzindo homens e mulheres plenamente desenvolvidos.

É necessário caminharmos para um tipo de sociedade que possa superar a contradição entre o trabalho material e o trabalho intelectual. É a partir desta contradição que “a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa de fato qualquer coisa sem representar algo de real”. É fundamental nos dedicarmos à compreensão objetiva da realidade para podermos, com eficiência, impulsionar a luta rumo à superação desta contradição.

ALGUMAS DICAS

O surgimento de novas lideranças depende de um conjunto de fatores presentes numa determinada conjuntura histórica. Quando os movimentos sociais estão em ascensão, a possibilidade de novos quadros emergirem é maior. As greves e os embates de classes se constituem numa fonte inesgotável. Já as fases de crise, como a atual, exigem que as atividades sindicais, de forma mais intensa, desenvolvam práticas que estimulem a formação de novos quadros.

Apresentamos algumas

sugestões que consideramos fundamentais:

- Estimular a participação dos dirigentes sindicais e da categoria nas lutas por reivindicações salariais e de condições de trabalho e nas lutas pelas transformações da sociedade, articulando-as;
- Nestas lutas, atrair os que se destacam para que participem das atividades que a entidade desenvolve;
- Promover atividades culturais, tais como peças de teatro, filmes, exposições de obras artísticas, músicas, poesias, saraus, tornando a entidade um “ponto de cultura”;
- Possibilitar aos dirigentes e membros da categoria instrumentos teóricos de análise da realidade, através de cursos, seminários e debates;
- Exigir que todos dirigentes, delegados sindicais e ativistas desenvolvam a prática sistemática de estudo, propiciando para aqueles que necessitarem técnicas de “como estudar”;
- Criar um departamento de formação política e sindical responsável pelas atividades, estimulando efetivamente seu trabalho, inclusive com recursos financeiros necessários definidos na proposta orçamentária aprovada em assembléia geral;
- Colocar à disposição dos dirigentes e da categoria biblioteca composta de livros que contribuam para o processo de formação;
- Estimular e exigir que todos os dirigentes executem, com eficiência, o trabalho específico que assumem na entidade. Assessores não devem assumir tarefas que são próprias dos dirigentes, mas sim orientá-los para que estes possam desenvolvê-las adequadamente. Assim, ao mesmo tempo em que vai

conhecendo a realidade mais ampla, ele maneja as ferramentas de sua atividade de secretaria, tesouraria e outras;

- Propiciar aos dirigentes, delegados e ativistas o conhecimento das técnicas de dinâmica de grupo, de como aprimorar a oratória, defender propostas, coordenar atividades, participar de mesas de negociação;
- Além de propiciar estes conhecimentos, estimular a prática concreta, atribuindo tarefas, dividindo responsabilidades, desenvolvendo, assim, as potencialidades de todos;

As atividades de trabalho e educação devem integrar um único processo, que articula a teoria e a prática

- Estabelecer verdadeira democracia na entidade, seja na relação com a categoria, com as entidades de nível superior, com os movimentos sociais, com os partidos políticos, seja em todas as atividades internas. Não é nada formativo entidades em que apenas o presidente (ou algum diretor) manda e outros executam ou aquelas em que os funcionários são tratados de forma autoritária. A divisão de responsabilidades, o estímulo à criatividade, o espaço adequado à participação, o bom relacionamento entre todos os que trabalham, são instrumentos fundamentais à formação;
- Estimular o trabalho coletivo, considerando e aproveitando as capacidades individuais. Isto implica na divisão de tarefas, evitando-se a dicotomia entre “aqueles que aparecem” e os que “carregam o piano”.

OLHEIROS E NOVOS TALENTOS

A exemplo do que ocorre nos grandes times de futebol, que utilizam os “olheiros” para descobrir novos talentos, os dirigentes sindicais precisam estar sempre atentos para encontrar trabalhadores que possam ser atraídos para a atividade política e sindical.

Para finalizar, reproduzo citação do líder comunista português Álvaro Cunhal, falecido recentemente, no seu livro *O Partido com paredes de vidro*: “Em relação aos quadros mais novos, é necessário, por um lado, aferir cuidadosamente as suas características, o balanço da sua atividade, a sua real experiência; é necessário, por outro lado, dar-lhe audaciosamente plena possibilidade de desenvolvimento e de mostrarem na prática de um trabalho diretivo as suas reais possibilidades. Numa direção que adquiriu grande estabilidade, o perigo é o entravamento da chamada dos quadros mais jovens”.

BIBLIOGRAFIA

- Cunhal, Álvaro. *O Partido com paredes de vidro*. Edições Avante, Lisboa, 2002.
- Lênin, Vladimir Ilitch. *Sobre os sindicatos*. Editora Polis, São Paulo, 1979.
- Machado, Lucília. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. Editora Cortez, São Paulo, 1989.
- Manfredi, Sílvia Maria. *Formação sindical no Brasil*. Escrituras Editoras, São Paulo, 2002.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich. *A ideologia alemã*. Editora Centauro, São Paulo, 2002.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich. *Textos sobre educação e ensino*. Editora Moraes, São Paulo, 1983.

Augusto César Petta é coordenador de formação sindical do CES e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e do Sinfra de Campinas



Governo revolucionário: 1. Lauro Lago; 2. João B. Galvão; e 3. José Macedo

O PCB, a ANL e as insurreições de 1935

MARLY VIANNA

A história dos levantes de novembro de 1935, importante episódio das lutas democráticas em nosso país, sempre foi desprezada como um “intento louco”, ocorrido por ordens de Moscou. A atuação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e do Partido Comunista do Brasil (PCB) no episódio fica assim obscurecida, apagando da memória momentos de luta do

Ao lembrar os 70 anos das insurreições de 1935, a autora destaca a importância do movimento liderado pela ANL na luta pela democracia no Brasil

povo pela democracia e contra o nazifascismo que crescia no mundo.

Por falta de espaço, não vamos nos deter nas rebeliões tenentistas dos anos 20 que culminaram na Revolução de 30, lembrando apenas que nesse período de luta os tenentes tiveram papel de vanguarda. Eles não tinham um programa definido de transformações sociais, sendo suas propostas bastantes vagas e moralistas. Talvez por isso mesmo

representassem apelos de mudança e de democratização da vida política da maioria da população brasileira, pois suas propostas não eram propostas de classe.

Pouco depois de 1930, uma parte dos tenentes que participou da Revolução — que chamo de tenentes de esquerda — sentiu-se traída com os rumos tomados pelo movimento que encabeçaram militarmente. Ao mesmo tempo, a ampliação do espaço político proporcionada pelo movimento fez com que diversos setores se organizassem e elaborassem seus programas, buscando alianças e disputando a liderança em ações de rua. É importante destacar que nessas lutas políticas nenhum grupo descartava o recurso às armas, bem dentro da tradição republicana brasileira dos movimentos militares.

PAPEL DA ANL

No final de 1934, sem a participação da direção do PCB, que se encontrava em Moscou, começou a se formar uma frente-única antifascista e antiintegralista. Tal frente era liderada pelos tenentes de esquerda, que procuravam articular as forças e instituições democráticas. Foi esse movimento que se transformou na ANL. A direção do PCB, ao voltar de Moscou, disse que apoiaria ANL, mas *sem aderir a ela*.

Ao ser lançada a 30 de março, tendo em sua direção uma absoluta maioria de tenentes, ela aclamou Luiz Carlos Prestes como seu presidente de honra. A ANL, que era “uma associação constituída de aderentes individuais e coletivos, com o fim de defender a liberdade e a emancipação nacional e social do Brasil”, uniu partidos políticos, sindicatos, diversas organizações femininas, culturais, estudantis,

A direção do PCB, ao voltar de Moscou, decide apoiar a ANL, mas sem aderir a ela; Prestes é eleito seu presidente de honra

profissionais liberais e militares, transformando-se no maior movimento de massas que o país já conheceu. Contra ela o governo aprovou a Lei de Segurança Nacional, ao mesmo tempo em que tentava identificá-la com o PCB, para a isolar e combater com maior eficácia.

Depois que Prestes, ao voltar de Moscou, assumiu sua participação na ANL o PCB ingressou oficialmente nela, mudando os rumos de suas atividades. Embora as propostas políticas do PCB não coincidisse com as da ANL, todos concordavam que a luta armada era o único caminho para alcançar seus objetivos, caminho fortalecido com o fechamento da ANL, em julho de 1935.

À época, vários problemas afligiam o governo de Getúlio Vargas, contestado até por antigos aliados. Por exemplo, o reajuste dos militares gerou forte descontentamento nas Forças Armadas e as greves por aumentos salariais se intensificaram, com maior organização sindical (em maio foi criada a Confederação Sindical Unitária do Brasil). Significativo número de militares, tanto integralistas quanto aliancistas, passou a se manifestar, o que fortalecia a perspectiva de conflitos armados, que a agitação popular parecia justificar.

LEVANTES MILITARES

As eleições estaduais de outubro de 1935, no Rio Grande

do Norte, agitavam o Estado, situação piorada com a ordem para o desengajamento de militares do Exército. Poucos dias antes da eclosão do movimento em Natal, alguns soldados do 21º BC foram expulsos como baderneiros, o que indignou os militares subalternos do quartel. No dia 23, o sargento Quintino e o cabo Dias foram procurar a direção do PCB para comunicar que o 21º ia rebelar-se às sete e meia da noite. O Partido Comunista em Natal tinha ordens da direção nacional de não desencadear levantes, mas resolveu participar. À hora marcada o quartel foi tomado, sem que qualquer oficial aderisse à revolta dos soldados, cabos e sargentos por problemas internos do Batalhão.

O movimento não tinha a menor organização. Os comunistas, que acabaram por assumir a direção da revolta, nomearam um Comitê Popular Revolucionário que passou a requisitar carros, armas, mantimentos e dinheiro. Foi uma festa na cidade, com a queda de um governo impopular e a farra da distribuição de comida, dinheiro e saques a lojas de roupa. O movimento era visto pela população como obra dos partidários do ex-governador derrotado nas eleições.

A resistência foi organizada por Dinarte Mariz. No dia 27, depois de sérios combates, as tropas de Mariz entraram em Natal, que já estava ocupada pela polícia paraibana. Os revoltosos, derrotados, deram ordem de debandar, mas foram todos presos (com exceção de José Praxedes, que conseguiu escapar e viveu cerca de 50 anos na clandestinidade).

No Recife, onde se localizava o Secretariado do Nordeste do PCB, havia muita agitação pelo

Parte dos tenentes que participou da Revolução de 30 sentiu-se traída com os

movimento grevista na Estrada de Ferro Great Western, que abarcava todo o nordeste. O movimento contava com o apoio da população, inclusive de praças do 29º BC. Nesse clima de agitação, quando o secretariado do Nordeste soube do levante em Natal, resolveu levantar o 29º, para cuja missão incumbiu o jovem tenente Lamartine Coutinho, com o apoio do também tenente Alberto Besouchet. Tomado o quartel, os revoltosos começaram a distribuir armas, certos de que o povo ia aderir em massa à insurreição – o que não ocorreu.

Gregório Bezerra, sargento encarregado da mobilização do CPOR, teve que tomar sozinho o Quartel General, sede da 7ª Região Militar. Ferido, ainda atacou delegacias de polícia, mas acabou hospitalizado e preso. Na segunda-feira 25, com a chegada de reforços, o movimento foi derrotado e a 27, data dos levantes no Rio, os chefes rebeldes já estavam todos presos, sendo

feroz a repressão.

No Rio, a direção do PCB e o grupo de assessores da Internacional desconheciam por completo o que se passava no nordeste — mais uma prova da desarticulação do movimento, que não ocorreu sequer por deliberação do próprio PCB. No dia 23 de novembro, dia em que teve início o levante em Natal, terminava no Rio um encontro da direção nacional do PCB com representantes das direções estaduais — inclusive do Rio Grande do Norte e *ninguém sabia — e nem suspeitava — das rebeliões.*

As notícias começaram a chegar mais tarde e eram vagas.

PCB em Natal tinha ordens da direção nacional para não desencadear levantes militares, mas resolveu participar

Café Filho, deputado federal pelo Rio Grande do Norte, afirmou que o movimento em seu Estado era antiintegralista e “resultado das arbitrariedades e violências praticadas pelo governo Rafael Fernandes”. Vargas determinou o envio de tropas ao Nordeste e colocou todas as unidades militares em rigorosa prontidão. Apesar disso, Prestes decidiu pelo levante das unidades militares do Rio, considerando imprescindível “apoiar os companheiros do Nordeste”, argumentando que seria uma iniquidade abandoná-los à própria sorte. A insurreição ficou marcada para a madrugada de 27 de novembro: tinham 48 horas para organizar o movimento! Foi só nesse momento que Prestes *comunicou* a decisão do levante do Rio de Janeiro à Internacional Comunista.

VISÃO SUBJETIVISTA

No 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, que contava com forte núcleo aliancista, os rebeldes enfrentaram grande resistência e quando ficaram donos da situação já estavam cercados pelas forças governistas. Na tomada do quartel, apesar da reação imediata dos oficiais legalistas, só houve dois mortos. Todos os outros que morreram no 3º RI o foram pelo bombardeio do governo, que visou especialmente o pavilhão de comando, onde se encontravam os prisioneiros. Na Escola de Aviação Militar havia vários oficiais comunistas. A luta foi ferrenha e embora os rebeldes conseguissem dominar a Escola, só mantiveram o controle até o amanhecer. O esperado apoio da Vila Militar



Tropas do governo em ação na Praia Vermelha, Rio de Janeiro

rumos do governo Vargas

não aconteceu e a revolta fracassou. Participação popular não houve nenhuma. Quanto a Prestes, ao saber da derrota, convenceu-se de que era apenas um revés, de que a luta continuaria e seria vitoriosa.

O chefe de Polícia, Filinto Strubing Müller, iniciou uma brutal repressão, com a ajuda do Intelligence Service inglês e da Gestapo nazista. As torturas que enlouqueceram Arthur Ernst Ewert (Hary Berger) dão a medida da truculência. Na noite de 5 de março, Prestes e Olga foram presos e em setembro de 1936 o governo brasileiro entregou Olga Benário e Elise Berger à Alemanha nazista, onde foram assassinadas num campo de concentração. Olga estava grávida de sete meses da filha de Prestes.

Fazendo um balanço do movimento, Roberto Sisson, dirigente da ANL e participante do levante no Rio, escreveu: "Os movimentos do Rio Grande do Norte e do Recife não foram uma 'revolução comunista', como os classificou a reação fascizante. Como tampouco foi comunista a sublevação que pouco depois estalou no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Luiz Carlos Prestes. Tais movimentos foram sublevações de quartel, dentro da mais rigorosa tradição revolucionária militar latino-americana... Não podia deixar de contar com o apoio da ANL e ser considerada como legítima continuação e desenvolvimento da gesta que desde 1922 se vem desenrolando no Brasil".

E Prestes afirmou: "Houve muito de subjetivismo... Pensávamos que éramos os donos da situação. Como os tenentes:

faziam a revolução pelo povo e este adere. Em 1935 eu era um tenente. Estava muito longe ainda de ser um comunista, um marxista... Esta é que é a realidade".

Os rebeldes foram derrotados, mas houve um saldo positivo: o da luta contra as enormes injustiças sociais

ALGUMAS CONCLUSÕES

Os levantes de novembro ocorreram por motivações essencialmente internas, entre outras coisas pelas tradições de lutas armadas da sociedade brasileira e pelos traços tenentistas fortemente presentes em Prestes. Moscou pouco teve a ver com eles. O discurso de Dimitri Manuïlski, representante da Internacional Comunista na conferência de 1934, é vago, banal. Em nenhum momento preconizou o levante: ao contrário, ele chamou a atenção dos comunistas brasileiros para suas deficiências, ainda grandes, em especial entre os camponeses e os militares.

Os movimentos seguiram as tradições das lutas que vinham ocorrendo no Brasil desde 1922 e que expressavam os anseios de classes e camadas da população que queriam novos caminhos para o país, superando a dominação dos grupos da já ultrapassada República Velha. A plataforma do movimento era a dos tenentes, de



Agildo Barata, Humberto Morais Rêgo e Alvaro de Sousa no levante do Rio de Janeiro

luta contra a exploração do Brasil pelo capitalismo internacional, pela reforma agrária e pela democracia: por Pão, Terra e Liberdade — plataforma, aliás, bastante atual.

Se o programa da luta era justo, o caminho escolhido para alcançá-lo não o foi, além de graves erros de avaliação política. Mas há um grande saldo positivo a favor dos rebeldes: o da luta contra as injustiças sociais, o da indignação diante de uma sociedade que continuava a reproduzir brutais diferenças sociais. É importante ressaltar, também dentro das tradições de luta de nosso povo, a capacidade daqueles homens de sonhar com uma sociedade justa e digna e, principalmente, de lutar por ela.

Marly de A.G. Vianna é professora de história na pós-graduação da Faculdade Universo e autora do livro *"Revolucionários de 1935, sonho e realidade"*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1992

O racha do sindicalismo nos EUA

ALTAMIRO BORGES

A outrora toda poderosa central sindical dos EUA, a AFL-CIO, sofreu profundo racha no seu congresso de julho passado. Seis dos 56 sindicatos nacionais afiliados à central decidiram deixar a entidade. O maior baque se deu com as saídas da União dos Empregados em Serviços (*Seiu*), que possui 1,8 milhão de sócios, e

da Irmandade Internacional de Condutores (*Teamsters*), com 1,4 milhão de membros. Outras três entidades do setor de serviços e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura boicotaram o congresso.

De imediato, a desfiliação do *Seiu* e dos *Teamsters* privará a central de um terço dos seus 13 milhões de sócios e de quase US\$ 30 milhões em contribuições —

um sexto do orçamento anual da AFL-CIO. O racha agravará a crise financeira da entidade que já demitiu 100 dos seus 400 funcionários. O golpe mais duro, porém, é político. A central, que nos anos 70 tinha 35% de sindicalizados, hoje representa apenas 8% dos empregados do setor privado e 12% do total da força de trabalho (incluindo o setor público).



A TRISTE HISTÓRIA DA AFL-CIO

A divisão da AFL-CIO constitui-se em mais um trágico capítulo

na história do sindicalismo nos EUA. Na sua origem, ele até teve um glorioso papel nas lutas do proletariado. Em meados do século XIX, devido à acelerada expansão capitalista no país, a sua jovem classe operária organizou aguerridas greves e fundou a Federação Americana do Trabalho (AFL), em 1881. O seu principal mentor foi Samuel Gompers. Já em 1886, ela liderou a luta pela redução da jornada para oito horas semanais. A repressão foi brutal e resultou no assassinato dos "Mártires de Chicago" — episódio originário das manifestações do 1º de Maio.

Com o tempo, porém, o sindicalismo estadunidense renegou o seu passado e se converteu ao pragmatismo mais exacerbado. A expansão imperialista do país resultou na formação de uma aristocracia operária que passou a justificar a espoliação dos trabalhadores das nações saqueadas. Uma nova concepção ganhou a hegemonia

sindical — o *tradeunionismo*. O primeiro sinal dessa distorção surgiu durante as guerras de anexação das antigas colônias espanholas. Gompers, que antes se dizia "marxista", defendeu os interesses da burguesia nacional e apoiou o governo na agressão aos povos de Cuba, Haiti, Porto Rico e Filipinas.

A partir desta fase, a visão pragmática do *tradeunionismo* resultaria nas maiores atrocidades da história do sindicalismo mundial. Diante da vitória da revolução russa, em 1917, a central hostiliza a jovem república e defende o envio de tropas para evitar a difusão da experiência socialista. O anticomunismo vira bandeira da central, passando a constar de seus estatutos. A luta de classes é renegada e as greves são rejeitadas. A AFL passa a pregar a "mera regulação da mercadoria trabalho" e a expansão do capitalismo-imperialista.

Para implantar essa concepção burguesa, a burocracia da AFL esmaga toda a resistência interna. Grevistas são taxados de "comunistas" e delatados à polícia. A prática

antidemocrática atinge seu apogeu na fase da "grande depressão", em 1929. Diante da revolta operária contra o desemprego, a AFL realiza acordo com a máfia e transforma suas sedes em postos de contrabando em troca da ajuda dos gangsteres na repressão às lideranças rebeldes. A máfia ocupa postos na executiva da central e Al Capone justifica a violência nos sindicatos: "É preciso manter o trabalhador afastado da literatura vermelha e do logro comunista".

Outra marca desta época foi a do racismo. Os sindicatos, temendo o desemprego, pregam a exclusão dos negros do quadro de associados. O sindicalismo se elitiza, representando apenas os especializados. "Não queremos admitir como membros os rebotalhos, os que não prestam para nada", afirma um dirigente em 1933. A AFL rejeita a organização por ramo de produção e investe no sindicato por ofício. Os dirigentes se tornam negociadores profissionais, com altos salários. "O patrão dirige a empresa e o líder sindical dirige as

Os motivos do racha ainda são nebulosos. O setor dissidente acusa a direção liderada por John Sweeney, 71 anos e reeleito pela quarta vez para a presidência, de imprimir uma marca burocrática à entidade. “Os trabalhadores precisam de organizações novas, modernas e cheias de dinamismo e, até hoje, o movimento sindical não foi capaz de mudar”, explica Andrew Stern, dirigente da *Seiu*, o maior sindicato dos EUA. Já Jimmy Hoffa, presidente do *Teamsters*, acusa a central de priorizar as relações com o Partido Democrata. Os rebeldes



Sindicalistas da AFL-CIO participam da campanha presidencial de John Kerry, em 2004

negociações. Os dois são técnicos e devem ser bem remunerados”, argumenta outro chefe.

Sem qualquer compromisso com a classe, a cúpula da AFL passa a usar os recursos dos associados para adquirir empresas, comprar terras e aplicar em bancos. Inicia-se a fase do *business-union*, do sindicalismo de negócios, turbinado pelos vultuosos fundos destinados às pensões e aposentadorias. Segundo João Bernardo, no livro *Capital, sindicatos e gestores*, “mediante os investimentos realizados pelos fundos de pensão, os sindicatos detinham percentagens consideráveis das ações em importantes companhias: 13,7% do Holliday Inn, 12,9% da McDonalds, 12,8% da K Mart, 12,6% da Delta Air Lines”.

RESISTÊNCIA ABORTADA

Com o objetivo de se opor à orientação patronal da AFL, em 1921 é criada a Liga Educacional Sindical, liderada por William Foster. A experiência durou pouco tempo; seus ativistas são expulsos das entidades. Já em 1938, com o aumento das greves

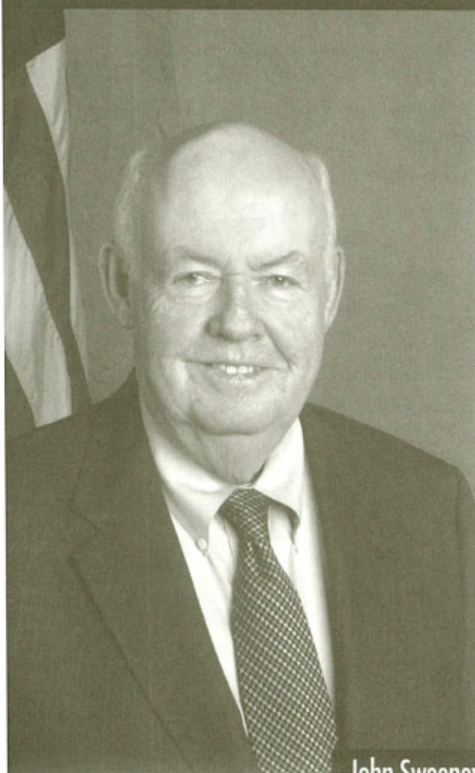
operárias, lideranças descontentes rompem com a AFL e fundam o CIO (Congresso das Organizações Industriais), no primeiro grande racha do sindicalismo ianque. Ele se coloca como alternativa para a organização dos semi-especializados, negros e desempregados.

O CIO ganha força durante a II Guerra Mundial. Enquanto a AFL financia e organiza entidades de apoio a Hitler e Mussolini, a nova central encabeça um movimento antinazista que adquire rápido prestígio. Em 1945, o CIO participa da fundação da Federação Sindical Mundial (FSM), entidade que reúne o grosso do sindicalismo internacional na luta contra os restos autoritários do nazifascismo. Mesmo sofrendo enorme desgaste político e perda de associados, a AFL mantém o apoio do patronato e da extrema direita.

Mas a esperança da construção de um novo sindicalismo não consegue se sobrepor à poderosa burguesia imperialista. Diante da violenta repressão desencadeada pela “guerra fria”, os dirigentes do CIO

começam a dar sinais de fraqueza. As empresas se recusam a negociar com os seus afiliados e o parlamento aprova a lei Taft-Hartley, em 1947, proibindo o registro de entidades “comunistas”. Em 1948, sua convenção em Portland decide adequar os estatutos às restrições legais. Um ano depois, na convenção de Cleveland, dez organizações afiliadas são expulsas por manterem em seus programas a luta contra o capitalismo.

Em fevereiro do mesmo ano, o CIO se retira da FSM. James Casey, tesoureiro-geral da central, explica a decisão: “No passado, unimo-nos aos comunistas para lutar contra os fascistas; em outra guerra, unir-nos-emos aos fascistas para lutar contra os comunistas”. Em dezembro de 1955, exatamente há 50 anos atrás, AFL e CIO se fundem. George Meany, o primeiro presidente da central unificada, define a sua linha de ação. “Nós cremos no sistema capitalista. Somos dedicados à preservação desse sistema e não estamos dispostos a permutar por nenhum outro”. (AB)



Divulgação

agora estão organizados na "Coalizão Mudar para Vencer" (CTWC, em inglês).

Para o presidente reeleito, a divisão serve apenas aos "empresários renegados e aos políticos insensíveis" ao fragilizar o sindicalismo num momento tão adverso à luta dos trabalhadores. O racha também debilita a principal base de sustentação do Partido Democrata. Na eleição presidencial de novembro de 2004, a central acionou quase 225 mil militantes na campanha e, junto com as afiliadas, doou US\$ 100 milhões ao democrata John Kerry. Irritado, Sweeney acusa os dissidentes de fazerem o jogo sujo de George W. Bush.

John Sweeney foi reeleito para a presidência da central

RECUO HISTÓRICO

O racha na AFL-CIO macula ainda mais a história do sindicalismo nos EUA, que sempre foi marcada por lamentáveis episódios (ver quadro). Na fase recente, porém, houve certo esforço de arejamento da central. O congresso da AFL-CIO, em outubro de 1995, criou expectativas de uma guinada progressista. "Marcou a maior reviravolta já ocorrida no movimento sindical americano. A sua nova direção prometia investir na ampliação da base organizada, na articulação dos sindicatos em nível internacional e no enfrentamento com o empresariado", comemorou, na ocasião, David Moberg, especialista no estudo do

A AÇÃO DO "IMPERIALISMO SINDICAL"

Na sua deprimente história, a AFL-CIO não causou prejuízos apenas aos trabalhadores dos EUA com sua concepção *tradeunionista* de negação da luta de classes. Também foi um poderoso instrumento da política imperialista desta nação, procurando abocanhar as migalhas resultantes dos saques efetuados nos países periféricos. Segundo George Morris, autor do clássico "A CIA e o movimento operário americano", a partir do período em que os EUA se tornaram uma agressiva potência, esta cúpula prestou inestimáveis serviços à burguesia como agente conspiradora dos governos imperialistas.

Os episódios são inúmeros, chocantes e inquestionáveis. Durante a guerra do Vietnã, o congresso da AFL-CIO de São Francisco, em dezembro de 1965, aprovou o "apoio incondicional" à intervenção militar. Na sequência, promoveu

campanhas de alistamento para reforçar o genocídio. Ela também apoiou o bloqueio econômico e várias ações terroristas dos EUA contra a revolução em Cuba. No golpe do Chile, em 1973, a central adestrou provocadores e orquestrou o locaute dos caminhoneiros para depor Salvador Allende.

No Brasil, a ingerência da AFL-CIO também aconteceu. O livro "1964: A conquista do Estado", de René Dreifuss, revela que "o sindicalismo americano teve atividade intensa nos anos que antecederam ao golpe militar, ajudando na conspiração". O autor detalha os investimentos de milhões de dólares na formação de sindicalistas contrários ao presidente João Goulart, na construção de chapas de oposição e em várias ações de desestabilização. O principal receptor dos recursos foi o Movimento Sindical Democrático

(MSD), dirigido pelo arqui-pelegrino Antônio Pereira Magaldi e celeiro dos interventores nos sindicatos após o golpe.

William Doherty, integrante da secretaria internacional da AFL-CIO, chegou a confessar as ações ilegais. Ele se gabou de que os sindicalistas treinados nos EUA "foram tão ativos que se tornaram intimamente envolvidos em algumas operações clandestinas da revolução. O que houve em 1º de abril de 1964 não ocorreu por acaso — foi planejado com meses de antecedência. Muitos dos líderes sindicais, alguns deles treinados em nosso instituto, estavam envolvidos na derrubada do regime de João Goulart".

O ex-agente Philip Age, autor do livro "Diário da CIA", relata que, para realizar tais operações, a central usava vários meios, como adidos trabalhistas das embaixadas, jornalistas de projeção e até os serviços da Orit

sindicalismo ianque.

Para surpresa geral, o opositor John Sweeney derrotou o candidato bancado pelo anticomunista Lane Kirkland, que presidia a AFL-CIO desde 1979 — até aquela data, a central teve cinco presidentes em mais de um século. Pela primeira vez na história, uma imigrante hispânica, Linda Chávez-Thompson, entrou na executiva da central (a segunda mulher no comando da entidade). A inédita vitória refletiu o processo de degradação do trabalho e de redução dos gastos em assistência (*Medicaid*, para deficientes, e *Medicare*, para idosos). A maioria negra e imigrante, sempre discriminada pela central, teve

peso no resultado.

Algumas mudanças, apesar de tímidas, passaram a se manifestar na direção da AFL-CIO. Ela intensificou a pressão contra as corporações empresariais e articulou-se com os novos movimentos sociais dos EUA. Nas históricas manifestações contra a OMC, na cidade de Seattle, em novembro-dezembro de 1999, ela se fez presente. Esta nova postura foi saudada pelo *Le Monde Diplomatique*, principal veículo do movimento altermundista: “Após um prolongado declínio, a esquerda poderá — se a aliança entre sindicato, juventude e entidades de defesa do meio ambiente e dos direitos humanos for consolidada — afirmar sua existência”.

Os ajustes da linha política, porém, não estancaram a sangria do sindicalismo. O terrorismo de Estado de George Bush também fez as suas vítimas internamente, com o aumento da miséria e da precarização do trabalho. Diante da brutal ofensiva do capital, o sindicalismo afundou em grave crise estrutural. O próprio Sweeney preferiu adotar uma conduta conciliadora, afastando-se dos movimentos sociais, e apostou suas fichas numa saída institucional, na campanha derrotada de John Kerry. O profundo racha da AFL-CIO pode indicar que a sangria do sindicalismo dos EUA ainda vai durar algum tempo.

Altamiro Borges é editor da revista Debate Sindical

— a regional da Ciosl. Ela também criou uma rede própria para difundir a sua visão, como o Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (ladesil), fundado em 1962 por Joy Lovestone, secretário de relações internacionais da AFL-CIO e notório agente da CIA.

NOVA ROUPAGEM

Até o final dos anos 80, quando ainda imperava a “guerra fria”, a central investiu pesado nesta rede ilegal e nas suas seções nacionais — como no ICT (Instituto Cultural do Trabalho), a filial brasileira dirigida por Antonio Magri que teve papel decisivo na fundação da Força Sindical. Segundo reportagem da *Business Week*, nesta fase ela gastava, em média, “US\$ 43 milhões por ano em 83 países, geralmente em projetos contra o comunismo, que tendem a se fundir com

temas de interesse da política externa dos EUA”.

Em outubro de 1995, o congresso nacional da AFL-CIO em Nova Iorque sinalizou com a possibilidade de mudanças desta política de relações internacionais. Houve críticas aos fartos investimentos da central no sindicato polonês Solidariedade e na desestabilização de vários governos democráticos. John Sweeney se comprometeu a abandonar os antigos laços com o serviço de inteligência para superar o rótulo, tornado famoso no mundo todo, de *ALF-CIA*. Tanto que, pouco depois, William Doherty foi afastado do ladesil.

Entretanto, segundo recente artigo na conceituada *Montly Review*, a alteração na política externa não foi profunda. Prova disto se deu na tentativa frustrada de golpe na Venezuela, em abril de 2002. A AFL-CIO, através do seu Centro de Solidariedade (ACILS), apoiou as

ações da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela contra o presidente Chávez. Inclusive solicitou a liberação de verbas do governo dos EUA (via NED) para ajudar sua “antiga aliada” e doou “mais de US\$ 700 mil para este trabalho na Venezuela”.

Atualmente, a AFL-CIO participa da Comissão Consultiva para a Diplomacia Sindical (ACLD), organismo criado em 1999. O seu objetivo é “servir ao Secretário de Estado na consulta relativa aos programas de diplomacia sindical do governo dos EUA”. Com o fim da “guerra fria”, o imperialismo mudou o discurso, mas seus objetivos expansionistas permaneceram inalterados. A AFL-CIO, que agora sofre profunda divisão, também mudou de roupagem, mas prosseguiria com a sua visão de “imperialismo sindical”. (AB)

Saúde do trabalhador e controle social

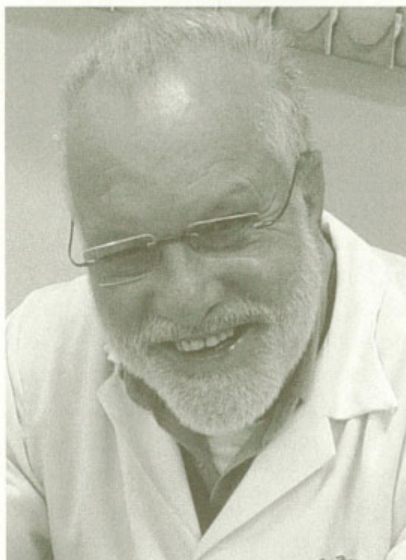
Em novembro ocorrerá a III Conferência de Saúde do Trabalhador. Um dos temas será o controle social. Antes que, sob o pretexto da baixa eficácia dos instrumentos de controle instituídos, parta-se para instituir novos ou derruir os atuais, é preciso parar para refletir sobre as causas reais da inadimplência do SUS.

São vários os instrumentos de controle social do SUS. A população detém metade da representação nos conselhos (nacional, estaduais e municipais) e nas conferências de saúde; elege representantes nas casas legislativas; e a Constituição e a legislação ordinária sustentam os direitos sociais. Em síntese: há garantias jurídicas e institucionais suficientes para que, em tese, o trabalhador usufrua tais direitos.

HEGEMONIA DO EXECUTIVO

No Brasil, historicamente, o Poder Executivo detém a hegemonia dentro do aparelho do Estado. Ele tem a chave dos cofres públicos e a caneta que nomeia e determina obras e transferências de recursos. Não é de admirar que interfira no Legislativo, faça aprovar leis, abuse de medidas provisórias e compre deputados e senadores. Não deveria causar surpresa, portanto, que os 25% dos seus representantes nos conselhos e

HERVAL PINA RIBEIRO



É preciso superar a manipulação da tecnocracia fincada no Poder Executivo

conferências de saúde manipulem os outros 75%.

Nos 14 anos de vigência do SUS, com as rédeas nas mãos, os Executivos dos três níveis têm feito o que lhes dá na cabeça. Apesar de seus dirigentes pertencerem a partidos diferentes, todos têm um traço comum ao administrar os direitos sociais e do trabalho: passam por cima deles, começando por retirar recursos para fazer valer as políticas públicas de cunho distributivo de renda.

MUDANÇAS NECESSÁRIAS

Não há dúvida que é necessário mudar muita coisa. Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário devem mudar, como podem mudar as formas de atuação dos instrumentos de controle social sobre tais poderes. Mas a necessidade de

mudanças não é no campo do formalismo administrativo e jurídico. As mudanças necessárias se sobrepõem a essas e são no campo de políticas sociais concretas que viabilizem os direitos.

Para isso é preciso duas coisas: avançar no caminho da democracia direta e participativa e da autonomia de um poder em relação aos outros. Sem o controle, de fato, da sociedade sobre os Poderes da República e sem a heteronomia entre eles é difícil haver democracia e políticas sociais igualitárias. Não serão, pois, mudanças na composição de conselhos que farão do SUS um sistema público verdadeiro.

PROCESSO DEMOCRÁTICO

Fazer essas coisas diante do avanço do neoliberalismo não é fácil. Ainda mais difícil fica quando a classe trabalhadora tem perdido tanto em termos de bens sociais. Diante do avanço da direita e das políticas de concentração de renda é difícil imaginar que o empregador queira perceber o trabalhador como um sujeito igual a ele em termos de necessidades de vida. E nem o Estado empregador o fará, se os trabalhadores não abandonarem o baixo corporativismo e se unirem como uma só classe.

Falar de controle da sociedade sobre o SUS fazendo tábua rasa dessas contradições é pura manipulação política de tecnocratas fincados no Poder Executivo. É fazer de conta que se está mudando alguma coisa. Mas o resultado é o que temos assistido: tudo está no mesmo ou pior.

Herval Pina Ribeiro é doutor em saúde pública e colaborador docente da Universidade Federal de São Paulo

O conceito marxista de proletariado



As concepções estreitas de classe já não constituem uma boa teoria ou um bom guia para a ação e devem ser rejeitadas pelos marxistas em favor do conceito enunciado por Engels

UMBERTO MARTINS

Embora muito disseminada entre aqueles que se ocupam do tema, a noção de que os fundadores da teoria marxista não chegaram a definir um conceito de proletariado é falsa. Por mais de uma vez, Friedrich Engels caracterizou de forma clara e

concisa o proletariado como o trabalhador livre despojado de meios de produção, que em função desta condição é obrigado a vender a sua força de trabalho para sobreviver. É didático a este respeito o trecho do artigo intitulado “Karl Marx”, escrito em junho de 1877, onde afirma: “O atual modo de produção

capitalista tem como premissa a existência de duas classes sociais: de uma parte, os capitalistas, que se acham na posse dos meios de produção e de subsistência, e de outra parte os proletários que, excluídos dessa posse, têm apenas uma mercadoria a vender: a força de trabalho, mercadoria que não têm remédio, senão vender para

entrar na posse dos meios de subsistência”.

A condição para pertencer à classe dos proletários é, pois, segundo Engels: ser um indivíduo livre, mas despojado dos meios de produção e forçado, por condições históricas objetivas, a vender a sua força de trabalho para sobreviver. A emergência deste proletariado foi fruto de longa transição histórica. Trata-se de uma verdade simples, que contém uma compreensão profunda da realidade, mas pelo que a gente vê não agrada todo mundo.

Não obstante, ao longo do tempo muita confusão se fez em torno do tema e criou-se a impressão de que — depois de mais de um século de existência — o marxismo ainda não conseguiu decifrar o conceito de proletariado. Pode parecer inacreditável, mas é esta a realidade que transparece quando se reúne um grupo de “marxistas” para debater a questão. O consenso é difícil, quase impossível e os debates chegam a ser bizarros. Alguns intelectuais e militantes dedicados aos ideais socialistas, talvez considerando que a definição tão clara e singela de Engels seja simplória, insuficiente ou por demais ampla, trataram de acrescentar outros requisitos e condições ao conceito, tornando-o mais complexo, supostamente sofisticado e em muitos aspectos obscuro, sombreado de dúvidas e incógnitas.

CONCEPÇÃO RESTRITIVA

O resultado objetivo disto foi a disseminação de uma concepção restritiva ou reducionista que, ao circunscrever a classe dos proletários ao operariado fabril e assalariados do campo, reduziu na realidade inclusive a dimensão populacional do proletariado, corroborando as idéias de que é

uma classe em declínio absoluto e relativo, a cada dia mais incapacitada e impotente como sujeito político.

Em geral, aqueles que comungam do conceito estreito julgam que para pertencer ao proletariado não basta a condição de trabalhador-livre, despojado de meios de produção, conforme sugeria Engels. Seria também necessário cumprir outros critérios, como estar ocupado numa empresa capitalista, trabalhar em setores e/ou ramos produtivos da economia, gerar mais-valia. O trabalhador de uma empresa ou uma organização improdutiva, que com seu trabalho não gera mais-valia, não seria proletário, não mereceria a honra, que já Karl Marx considerava duvidosa, de ser incluído no romântico e idealista conceito de proletariado.

Na prática, a revisão que se propõe em relação ao conceito simples e profundo de Engels se revela ainda mais complexa e obscura na medida em que se manifestam as ondas de controvérsias em torno do que vem a ser trabalho produtivo e improdutivo para o capital à luz da lei do valor.

Aí é quase inevitável cair num campo minado por divergências e muitas dúvidas, que o conceito de Engels (“simplório” para alguns) sabiamente já havia superado e evitado. Quem já se viu envolvido em polêmicas para classificar categorias como metroviários e

condutores de ônibus, por exemplo, sabe como a confusão é grande a respeito do tema. Em nenhum momento Engels ou Marx cometeram a bobagem de afirmar que para ser proletário é indispensável ser um trabalhador do setor produtivo, gerador de mais-valia e empregado de um capitalista, bobagem que muitos danos e incompreensão têm causado aos partidos revolucionários e à classe trabalhadora pelo mundo ao longo das últimas décadas.

Pelo conceito estreito deveríamos excluir do proletariado os trabalhadores:

- do comércio;
- do sistema financeiro;
- de quase todos os ramos que compõem o setor classificado como serviços;
- das empresas públicas em geral (administração direta ou indireta).

Enfim, seja lá quem for, o trabalhador empregado em empresas consideradas improdutivas, bem como o funcionalismo, não pertenceriam ao proletariado. Quando muito, se admite que possam ser “aliados” do proletariado. De resto, sendo os trabalhadores desempregados improdutivos por definição (pois de fato o desempregado não produz, é uma força produtiva ociosa, uma energia desaproveitada), também os desocupados não deveriam ser incluídos no conjunto do proletariado.

Neste caso, é preciso registrar a estultice de alguns partidários do conceito estreito de proletariado que, talvez movidos pelo remorso de excluir tantos milhões de infelizes da classe, não muitos preocupados com o rigor teórico tratam de flexibilizar a definição para admitir que os desempregados da indústria e da

Engels caracterizou de forma concisa o proletariado como trabalhador livre despojado de meios de produção

agricultura, afinal, também pertencem ao proletariado, honra que não concedem aos desempregados do comércio e outros setores “improdutivos”. Aqui, é um daqueles casos em que a emenda sai pior que o soneto, pois a discriminação entre desempregados produtivos soa ridícula e preconceituosa.

PRODUTIVO E IMPRODUTIVO

Voltemos a Engels. É possível pensar que, quando ele externou seu conceito de proletariado (ou definiu, reiteradas vezes, o que em sua opinião vem a ser o proletariado) por um lapso da memória ou quem sabe negligência, esqueceu do detalhe (aparentemente imprescindível) de que para ser proletário é também preciso ser produtivo, produzir mais-valia no interior de uma empresa capitalista. Não teria se dado conta disto, sendo necessário revisá-lo ou corrigi-lo neste aspecto, o que os teóricos da concepção estreita de proletariado fazem introduzindo a condição de produtivo como critério de pertencimento à classe.

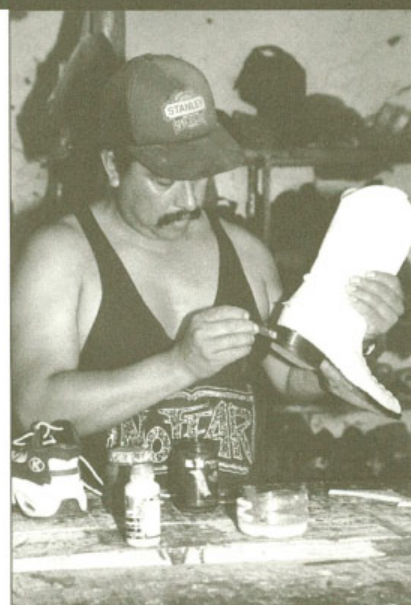
A verdade é que, a exemplo de Marx, Engels não estava alheio à preocupação e à polêmica em torno do tema (trabalho produtivo e improdutivo). Isto fica claro na famosa observação que faz sobre o **proletariado comercial**, em nota de rodapé no capítulo III de “O capital”. Por sinal, cabe ressaltar que suas idéias a este respeito não diferem das de Karl Marx. Marx sustenta que o comércio não acrescenta valor às mercadorias, devendo ser considerado uma atividade improdutiva (muito embora indispensável), que só contribui de forma indireta para a valorização do capital. “No processo de circulação não se produz valor, nem mais-valia, portanto”; na atividade comercial

A visão restritiva e reducionista circunscreveu a classe ao operário da fábrica e aos assalariados rurais

“ocorre somente a metamorfose das mercadorias, a qual em si nada tem com criação ou variação do valor”.

Se no comércio não se produz valor o trabalhador do comércio certamente não produz mais-valia. Nem por isto Engels deixava de considerá-lo como um “proletário do comércio”, ficando patente (ainda que nas entrelinhas) que, pelo menos em sua opinião, não há necessidade do indivíduo gerar mais-valia para pertencer ao conjunto da classe trabalhadora. Estaria Engels incorrendo em equívoco, esquecendo-se que para pertencer à distinta classe do proletariado é preciso ser um trabalhador do setor produtivo, de preferência um operário da indústria, cuja identidade de classe ninguém ousa contestar? Ou, pelo contrário, teria Engels compreendido de forma mais precisa e clara o pensamento marxista, o pensamento que desenvolveu junto com Karl Marx, rejeitando a concepção estreita e sectária do conceito por considerá-lo incompatível com o marxismo.

No mesmo capítulo de “O capital” o próprio Marx aprofunda a compreensão do tema, argumentando que o trabalhador do comércio também é submetido à exploração do capital, “não por criar mais-valia diretamente, mas por concorrer para diminuir os custos de realização da mais-valia, efetuando trabalho em parte não-pago”.

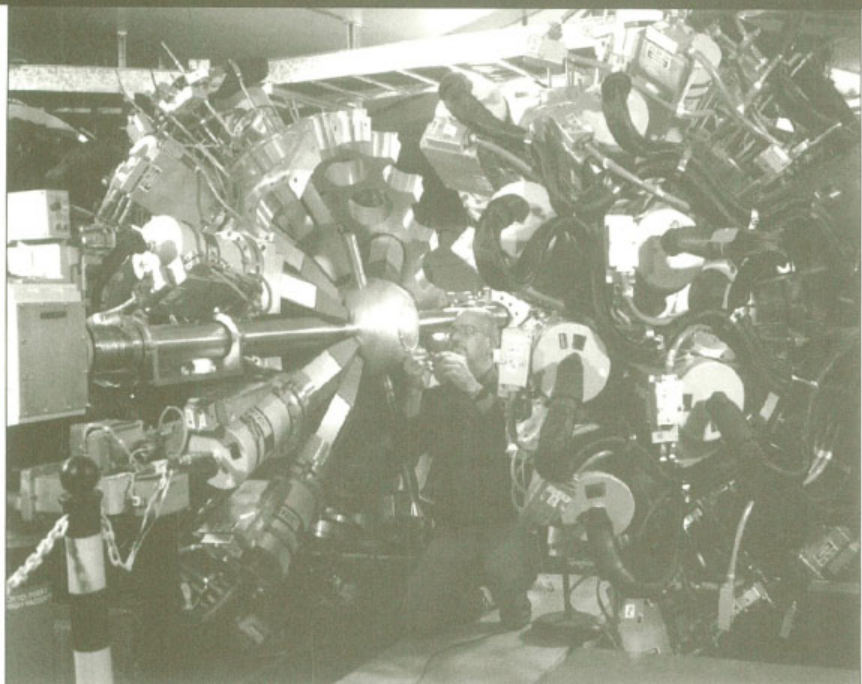


Divulgação

CRESCIMENTO DO COMÉRCIO

Naquela altura da nossa história, o comerciário constituía uma categoria que, além de pouco numerosa, era melhor remunerada que o operário industrial, o produtor de mais-valia, já que o trabalho no comércio tinha outro perfil (em comparação com a situação atual), era um trabalho de nível superior ou mais complexo, requeria qualificações às quais a maioria dos trabalhadores não tinha acesso. Marx previu que esta situação não duraria muito e seria logo transformada em função da ampliação da divisão social do trabalho, do avanço da produtividade, da necessidade de realizar no comércio uma quantidade maior de valor e lucro, da generalização da educação pública. Cabe aqui citar o raciocínio que desenvolveu a respeito no capítulo de “O capital”, livro terceiro, quando analisa o “capital comercial”:

“O trabalhador comercial em sentido estrito figura entre os trabalhadores melhores pagos, entre os que efetuam trabalho qualificado, acima do trabalho médio. Entretanto, com o progresso do modo capitalista de



Dinufgouão

produção, seu salário tende a cair, mesmo em relação ao trabalho médio. Uma das causas é a divisão do trabalho no escritório: daí resulta um desenvolvimento apenas unilateral das aptidões de trabalho, em parte gratuito para os capitalistas, pois o trabalhador torna-se competente exercendo a própria função, e tanto mais rapidamente quanto mais unilateral for a divisão do trabalho. Outra causa é a circunstância de a preparação, o conhecimento do comércio e de línguas, etc, se difundirem, com o progresso da ciência e da vulgarização científica, mais rápida, mais facilmente, de maneira geral e mais barato, quanto mais o modo capitalista de produção imprime aos métodos de ensino, etc, um sentido prático. A generalização da instrução pública permite recrutar esses assalariados de camadas sociais antes à margem desta possibilidade e que estavam habituadas a nível de vida mais baixo. Aumenta o fluxo desses trabalhadores e a competição entre eles. Por isso, ressalvadas algumas exceções, a força de

trabalho dessa gente deprecia-se com o progresso da produção capitalista; o salário cai, enquanto aumenta a capacidade de trabalho. O capitalista aumenta o número desses trabalhadores, quando se trata de realizar quantidade maior de valor e de lucro. O acréscimo desse trabalho é sempre consequência e jamais causa do aumento da mais-valia”.

Confusão sobre o tema fica patente nas polêmicas para classificar os metroviários e os condutores

Deduz-se do texto que Marx previa que o desenvolvimento do modo capitalista de produção, em função da necessidade de realizar uma massa de lucros e valores maiores (significando, também em decorrência do avanço da produtividade, que um volume crescente de mercadorias deveria ser transformado em dinheiro na

esfera comercial), faria com que a taxa de crescimento do comércio tendesse a ser maior que a da indústria, como de fato parece ocorrer.

É precisamente nesta altura do livro que Engels observa em nota de rodapé: “Esse prognóstico a respeito do **proletariado comercial**, feito em 1865, vem se confirmando desde então e disso têm experiência direta as centenas de comerciários alemães que, experimentados em todas as operações comerciais e dominando três a quatro línguas, oferecem em vão seus serviços, na City de Londres, ao preço de 25 xelins por semana — muito abaixo do salário de um ajustador qualificado”.

A transformação do trabalho no comércio e, por consequência, da força de trabalho que Engels classificou com muita justiça de **proletariado comercial** não ficou nisto, continuou em curso e projeta seus efeitos até nossos dias. A “quantidade maior de valor” que o comércio é demandado a realizar em função do progresso da produção capitalista (traduzido em volumes crescentes de mercadorias ou na reprodução sempre ampliada do capital-mercadoria) provocou o crescimento das atividades comerciais, elevando a importância relativa do comércio nas economias nacionais (especialmente na distribuição da ocupação) a um patamar que não seria possível imaginar no século XIX.

Nunca, como em nossa época, verificou-se maior “progresso da ciência e da vulgarização científica”, combinada ao avanço da divisão social do trabalho e à simplificação e depreciação do trabalho comercial.

No Brasil, o **proletariado comercial**, que representa parcela expressiva do proletariado

nacional, recebe salários menores e realiza jornadas mais longas e exaustivas que o trabalhador da indústria, sendo preciso admitir que, embora sem gerar mais-valia diretamente, o comerciário é mais explorado que aquele operário hoje em dia. Além disto, até em função do grande número de pequenas e médias empresas, o trabalho no comércio é mais flexível, informal e precário ou menos regulamentado e formalizado que o trabalho na indústria.

As condições mais adversas de trabalho, salário e jornada têm a ver obviamente com as diferenças no nível de organização, coesão e identidade de classe do proletariado industrial e também com problemas e lacunas do trabalho sindical no setor, que de em certa medida acaba sendo discriminado e secundarizado no movimento sindical.

MUTAÇÕES NO TRABALHO

Parece verdade que, na segunda metade do século XIX e ao longo de boa parte do século XX, o conceito restrito de proletariado não chegava a ser um problema para uma abordagem revolucionária da luta de classes, uma vez que o proletariado industrial constituía a maioria da classe trabalhadora. Hoje, isto já não é verdade. A evolução do trabalho no comércio não é o único sinal disto.

Ocorreram ao longo da história notórias e profundas

Marx previra que o desenvolvimento capitalista geraria crescimento do comércio maior do que o da indústria

O perfil da classe mudou bastante desde a época de Marx e Engels, acompanhando o avanço da automação

transformações no chamado mundo do trabalho. O perfil do proletariado mudou sensivelmente desde a época de Marx e Engels, acompanhando o avanço da automação e as mudanças no processo de produção e distribuição relacionadas às relações entre setores e ramos das economias nacionais, a participação relativa desses na oferta de trabalho e na ocupação da população, o gerenciamento das relações de trabalho, a divisão internacional do trabalho no seio do sistema imperialista.

A indústria e a agricultura, em declínio relativo, já não têm a mesma centralidade de antigamente na oferta de emprego nas economias nacionais, salvo uma ou outra exceção. A participação relativa dos trabalhadores dos serviços, do comércio, do sistema financeiro e do setor público no total da população ocupada tem crescido em um grande número de países capitalistas e, sobretudo, nas economias mais avançadas. Os impactos das transformações no mundo de trabalho sobre a luta de classes entre capital e trabalho e a relevância dos trabalhadores dos novos setores e ramos da produção que surgiram e vão surgindo ao longo do caminho do capitalismo não devem ser ignorados ou negligenciados pelos marxistas.

É certo que, por sua história e tradição, bem como pela posição

que ocupa no processo de produção do excedente capitalista, o proletariado industrial é chamado a desempenhar um papel destacado nas lutas pelas transformações sociais. A este respeito, Marx já dizia: “é sempre as relações diretas entre os proprietários das condições de produção e os produtores diretos que revela o segredo mais íntimo, o fundamento oculto, de todo o edifício social”. Mas, não se trata do único setor da classe trabalhadora que merece a honra de ser incluído no conceito de proletariado ou da atenção exclusiva dos partidos de esquerda.

O proletariado do século XXI já não é o mesmo do século XIX, é mais heterogêneo, tem outro perfil. Todavia, guarda com aquele uma identidade fundamental, o de ser despojado dos meios de produção e ter de vender sua força de trabalho, assim como um interesse comum de lutar contra a exploração capitalista de que é vítima e pela valorização do trabalho. Parafraseando o “Manifesto Comunista”, hoje é preciso proclamar: trabalhadores (as) de todos os setores e ramos de produção, sejam públicos ou privados, produtivos ou improdutivos: uni-vos contra o capitalismo e a opressão neoliberal.

As concepções estreitas e reducionistas de classe já não constituem uma boa teoria ou um bom guia para a ação e devem ser rejeitadas pelos marxistas em favor do velho, correto e bom conceito que foi enunciado por mais de uma vez por Friedrich Engels.

Umberto Martins é jornalista e membro do conselho de redação da *Debate Sindical*

As causas da crise do sindicalismo

Ainda o mais importante movimento social brasileiro, o sindicalismo encontra-se em verdadeira sinuca de bico. Parte do problema, contraditoriamente, surge com a chegada de Lula à Presidência. Símbolo da luta dos trabalhadores, no poder, o ex-metalúrgico abandonou o programa com o qual foi eleito, ao menos no que trazia de essencial — a mudança da política econômica —, e rendeu-se às vontades da elite capitalista. A atitude deixou atônita essa parcela de sua base de apoio, que se dividiu entre o adesismo e o confronto.

Mas para além desta difícil relação, o sindicalismo enfrenta uma crise ainda mais séria, nascida com o neoliberalismo dos anos 90, que mina seu poder de luta e de agente das mudanças. Em “Encruzilhadas do sindicalismo”, o jornalista Altamiro Borges lança luz sobre os dilemas e mazelas que o afligem. Discute as razões objetivas e subjetivas da perda gradativa de importância do movimento, aponta seus desvios e sugere a retomada da ação.

O sindicalismo viveu seu apogeu nos anos 80. A um só tempo tornou-se símbolo da luta por melhores condições de vida para a classe trabalhadora e pela volta da democracia no Brasil. A partir da década seguinte, contudo, essa força dinâmica acusaria o golpe desferido pela bíblia neoliberal imposta aos países em desenvolvimento. Desnacionalização, desindustrialização, privatização, terceirização, seguidas de demissões e precarização do trabalho reduziram a capacidade de mobilização e organização das entidades.



Encruzilhadas do Sindicalismo.
Altamiro Borges.
Editora Anita Garibaldi,
São Paulo, 2005.

POR RITA CASARO

A saga que começou com Collor seguiu com FHC, responsável pelo fim de muitas garantias trabalhistas e da política de recomposição salarial. Num cenário de desemprego crescente e insegurança, mesmo as pequenas batalhas corporativas se viram enfraquecidas, o que dizer da ação política mais abrangente.

Paralelamente aos ataques objetivos, as entidades sindicais se vêem presas à excessiva institucionalização e burocratização. Sem perspectiva de ação transformadora, elas se conformaram com pequenas disputas cotidianas e confundiram meios e fins. Entre as manifestações do problema, o livro aponta três graves:

A primeira seria a “praga do aparelhismo”, que consome energias em escaramuças internas de disputa por espaço na máquina. “Tudo indica que está em gestação no país uma nova

elite sindical, distante da linguagem, do modo de vida e dos anseios dos trabalhadores”. A segunda é o excesso de participação no governo por meio dos inúmeros fóruns paritários, freqüentemente infrutíferos. Por fim, a flagrante falta de renovação das lideranças, hoje majoritariamente acima dos 40 anos de idade.

Diante deste quadro, o autor faz dois chamamentos. Em primeiro lugar, é imprescindível enxergar a realidade: “A crise de valores é algo que só não vê quem é cego ou se finge de cego. A falta de ética e transparência é corrosiva e cobra seu preço”. Depois, livre dos vícios que o amarram, o sindicalismo deve retomar a luta, guiado por uma agenda de valorização do trabalho e desenvolvimento nacional. O livro alerta ainda para a essencial discussão acerca do chamado novo proletariado.

Num momento marcado pelo desencanto e pela perplexidade, a leitura de “Encruzilhadas” pode servir como um despertar. Um projeto fracassado, mesmo embalado por 20 anos, não obriga ou autoriza quem sonha com a mudança ao conformismo. É preciso reconhecer os enganos, aprender com os erros e agir.

Rita Casaro é assessora de imprensa do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo

Decifrando enigmas: o caminho sociológico

Os sociólogos e cientistas sociais dispõem, agora, no Brasil, e quem sabe os bons ventos editoriais o permitam alhures, de um trabalho de referência importantíssimo para o estudo dos sociólogos e de suas organizações científicas, no Brasil e no mundo. E de associações profissionais, também, no Brasil, visto que entre nós existe uma regulamentação da profissão de sociólogo, algo *sui generis*, mas não sem importância também científica.

Os professores Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho e Sérgio Sanandaj Mattos debruçaram-se com carinho, pertinácia e abrangência sobre o surgimento das associações científicas e profissionais, traçaram os perfis das organizações, de seus idealizadores, de suas direções, de suas conferências científicas.

É um esforço de sistematização de informações e história que fica à disposição dos que querem fazer a sociologia da sociologia e a sociologia dos sociólogos. Um capítulo da própria Sociologia do Conhecimento. Diria um adepto de Bourdieu, a constituição de uma das faces do campo da sociologia não é um resultado menor deste trabalho.

Conhecer essa história, sua formação e a de seus formadores, os temas que preocuparam os sociólogos ao longo do último século, é também conhecer parte da imensa agenda da discussão científica, política e doutrinária do breve século XX, como o denominou Hobsbawm. Poder-se-ia dizer, e para tanto basta abrir um jornal ou uma revista de atualidades e de conjuntura, e hoje a televisão e a Internet, que houve uma sociologização da linguagem, à qual corresponde, não cientificamente, mas fortemente

Sociólogos & Sociologia.
Lejeune Mato Grosso de
Carvalho e Sérgio Sanandaj
Mattos. Editora Anita
Garibaldi, São Paulo, 2005.

POR FRANCISCO DE OLIVEIRA

influenciado por ela, uma sociologização das percepções sobre a sociedade.

A influência da sociologia na mídia de todos os tipos é um dos mais impressionantes fenômenos do nosso tempo. Não há discurso ou relato jornalístico-midiático que não se faça utilizando, sem muita consciência crítica, um conceito sociológico, de classe, de pertencimento, de gênero, de etnia, de conflito. Isto não quer dizer que o conhecimento da sociedade sobre si mesma tenha melhorado o mundo, o que foi e é a esperança dos que fazem a ciência social; a advertência sociológica nos avisa que pode se tratar, também, de um véu para encobrir processos reais não muito abonadores.

Desde seus fundadores, sobretudo com ênfase nos positivistas, o conhecimento do mundo se busca para melhorá-

lo; mesmo os críticos mais ferrenhos, na linha de um Marx, que se recusaria a ser reconhecido como “sociólogo”, tinha uma profunda convicção de que se a arma da crítica não substitui as armas, ela é indispensável para fazer a crítica das armas.

Esta pode ser a contribuição da Sociologia, com letra maiúscula, cujo estatuto científico o trabalho de Lejeune e Sanandaj põe de pé, inequivocamente. Os que trabalham os temas do conhecimento agora devem reportar-se a este livro, que surge num momento em que a reflexão da sociedade sobre si mesma faz-se tão urgente. Temos a tendência, particularmente entre sociólogos, de considerar nossa época como a mais crítica da História. Acautelemo-nos contra essa pretensão, mas utilizemos este livro para pensar o que o nosso campo científico pode ajudar na decifração dos grandes — e pequenos, avisa-nos a sociologia do cotidiano — enigmas de nossa época. Obrigado, Lejeune e Sanandaj, por nos ajudarem nesse caminho.

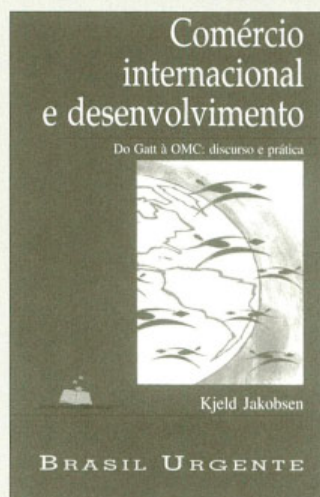
Francisco de Oliveira é professor titular de sociologia da Universidade de São Paulo, diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da USP e autor, entre outros, do livro “Crítica à razão dualista — O omertorinco” (Editora Boitempo)

"Livre-comércio" e a negação da soberania

Este novo livro de Kjeld Jakobsen é indispensável para os que procuram entender a crescente desordem mundial. Ex-secretário de relações internacionais da CUT e da prefeitura de São Paulo na gestão Marta Suplicy, o autor tem vasta experiência nesse campo e é um estudioso apaixonado pelo tema. Entre outros méritos, a obra é bastante didática. Apresenta um detalhado histórico sobre a origem do conceito de "livre-comércio", aborda as tensas negociações da fase recente, do Gatt até as rodadas da OMC, destaca o papel dos movimentos sociais nesse embate estratégico e formula alternativas para o futuro.

Kjeld não vacila em desmistificar o discurso hipócrita das potências capitalistas, adeptas do *faça o que eu mando, não faça o que eu faço*. Conforme demonstra, antes de imporem a liberalização comercial, elas adotaram várias medidas para proteger as suas economias e garantir condições de competitividade. Para conquistar a hegemonia mundial, "valia de tudo: medidas protecionistas, ações bélicas, disputar colônias, ignorar patentes, entre outras ações, até que a própria disputa provocou a I Guerra Mundial". Preocupadas com as crises econômicas periódicas, as guerras e a ascensão do socialismo, só no segundo pós-guerra é que elas adotaram algumas medidas para regulamentar a economia, baseadas nas idéias de Lorde Keynes.

Após o rico relato histórico, o autor mostra que o comércio mundial passou a viver uma nova e regressiva etapa a partir dos anos 70. Já sob o império dos dogmas neoliberais, as potências capitalistas reforçaram seus entraves



Comércio internacional e desenvolvimento.

Kjeld Jakobsen.

**Editora Perseu Abramo,
São Paulo, 2005.**

POR ALTAMIRO BORGES

protecionistas, dificultando o acesso das nações periféricas ao mercado mundial, ao mesmo tempo em que impuseram a esses países velhas teses da libertinagem comercial. Essa prática desfigurou ainda mais o comércio na década passada. "Os grandes perdedores foram a África e a América Latina. As exportações latino-americanas reduziram-se em 18% e suas importações cresceram quase 17%".

Nos anos 90, essa relação desigual devastou nosso continente. Governos servis, que mantiveram "relações carnavais" com os EUA, desestatizaram, desnacionalizaram e destruíram as economias locais. FHC, por exemplo, "alterou todo capítulo da Constituição para facilitar e proteger investidores estrangeiros; alterou a legislação sobre propriedade intelectual quase totalmente de acordo com as reivindicações do governo

americano... Grande parte do desemprego estrutural e do crescimento do trabalho informal na América Latina na década de 90 deve-se ao resultado das negociações da Rodada do Uruguai e ao Consenso de Washington".

Essa regressão, porém, tem gerado crescentes conflitos. Além da disputa entre as próprias potências por novos mercados, cresce a resistência dos países da periferia do sistema. O autor relata as contradições em curso e destaca o papel das nações em desenvolvimento, em especial do Brasil, na luta contra as relações desiguais no comércio mundial. Ele também enfatiza a importância da participação dos diversos setores organizados da sociedade, realçando o significado da Batalha de Seattle, em novembro de 1999, quando os manifestantes inviabilizaram a conferência da OMC sob o *slogan* de que "nosso mundo não está à venda".

"Essas iniciativas produziram a base mínima para unificar o movimento social e uma parte dos sindicatos, considerando-se que a Ciosl e suas filiadas mais conservadoras se apegaram quase que exclusivamente à aprovação do grupo de trabalho da OMC sobre o vínculo entre direitos trabalhistas e comércio", relata, criticamente, o ex-dirigente da CUT. Para ele, o movimento social precisa intensificar a sua participação nesse tema estratégico e ampliar sua pauta de reivindicações. Mais do que isso, ele não pode se iludir com o falso discurso neoliberal que relaciona "livre-comércio" ao desenvolvimento das nações periféricas.

Altamiro Borges é editor da revista Debate Sindical

FILME

Um retrato político da Argentina

MÔNICA SIMIONI

Está em cartaz no Brasil o premiado documentário “Memória do Saqueio”, do cineasta Fernando Solanas, que explica como a Argentina e seu povo tiveram de enfrentar sucessivas crises até o colapso econômico, político e social de dezembro de 2001. Dona de um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano da América Latina, a Argentina chegou a ter, em 2002, mais da metade da população vivendo abaixo da linha da pobreza. No mesmo ano, o desemprego atingiu ¼ da força de trabalho.

Preocupado em tornar inteligível todo o processo que levou ao “saque” do país, Fernando Solanas investe no didatismo e divide os anos e os sucessivos governos em temas, como “corporativismo e mafiosocracia”, “traição”, “degradação republicana” e “genocídio social”, que remontam as políticas que levaram ao cruel desmonte do país. No final de 2001, a Argentina estava vivendo uma hecatombe social.

Seguindo a cartilha neoliberal, o presidente Fernando De la Rúa firma um acordo com o FMI, corta gastos públicos e aumenta os impostos. O país chega a dezembro de 2001 sem ter como pagar as dívidas. Em 1º de dezembro, para prevenir saques em massa, o governo limita em mil dólares a retirada mensal por pessoa. A restrição passa a ser chamada de “corralito” — que era previsto para durar 90 dias e terminou em agosto de 2005. As três maiores centrais sindicais

reagiram com uma greve geral de vários dias.

No dia 20, com o país sob estado de emergência, milhares de argentinos concentram-se diante da Casa Rosada batendo panelas — protesto que ficou conhecido como “panelaço”. Morrem 29 pessoas. De la Rúa renuncia e foge de helicóptero. Em curto espaço de tempo, o governo é ocupado por quatro personagens: o presidente do Senado, Ramón Puerta; o governador da Província de San Luis, Adolfo Rodríguez Saa; o presidente da Câmara, o Eduardo Camaño; e por Eduardo Duhalde, que assume em 1º de janeiro de 2002 e convoca para março de 2003 as eleições presidenciais que levam Néstor Kirchner ao cargo.

O documentário merece ser visto por retratar esse período tão conturbado da história da Argentina, que não é só nossa vizinha, mas também irmã. Durante esse mesmo período outros países da América do Sul também tiveram seu patrimônio nacional sendo saqueado por políticas neoliberais. Alguns, inclusive, ainda sofrem. Mas os argentinos gritavam “o povo não se vai” e não foram até que fosse alterada a sua perspectiva de vida. E agora a Argentina goza de políticas protecionistas invejáveis, que dizem *não* ao FMI e *sim* à produção nacional, ao emprego, à valorização de sua cultura e da sua própria história.

Monica Simioni é jornalista e integrante da coordenação estadual do Instituto Maurício Grabois/SP

INTERNET

CLÁUDIO GONZALEZ

O movimento sindical brasileiro é grande, heterogêneo, bem estruturado, mas a sua comunicação, sobretudo na Internet, deixa a desejar. Nenhuma central, nem as duas maiores (CUT e Força Sindical), têm páginas eletrônicas dignas da importância destas entidades. O *site* da CUT (www.cut.org.br), por exemplo, auto-intitula-se “Portal do Mundo Trabalho”, mas está muito longe de cumprir este papel.

É justamente um veículo com estas características, de portal do mundo do trabalho, que o sindicalismo brasileiro carece. As batalhas diárias e os debates nacionais envolvendo o mundo trabalho não têm hoje um espaço adequado de difusão na Internet, um meio cada vez mais popular entre os ativistas sindicais.

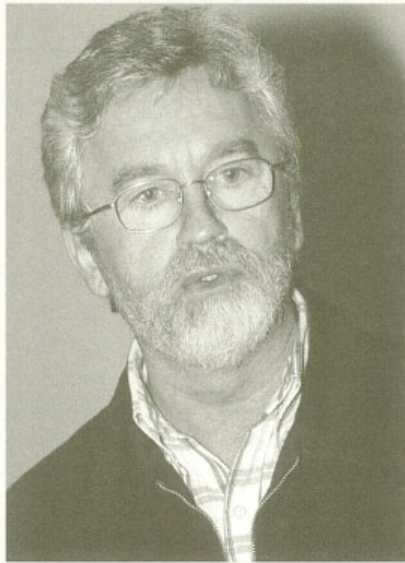
A iniciativa que mais se aproxima é o *site* Sindicato Mercosul (<http://www.sindicatomercosul.com.br>). Ele dá continuidade ao trabalho de informação do boletim eletrônico “Correio Sindical Mercosul”. O Correio, uma mescla semanal de informações sindicais e de “clipping” de jornais, nasceu em julho de 1999 e é parte do projeto da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS).

As profundas diferenças político-ideológicas existentes no sindicalismo talvez ajudem a explicar por que não surgiu até agora, no Brasil, um portal que consiga registrar a enorme gama de fatos e opiniões que o sindicalismo brasileiro produz diariamente. Mas esta demanda certamente existe. E, portanto, fica o desafio. Quem se dispôr a encará-lo e levar a sério a iniciativa certamente terá sucesso.

Cláudio Gonzalez é jornalista, membro do portal Vermelho

A crise política e a posição da CUT

JOÃO FELICIO



A crise comprova a validade das nossas idéias e evidencia a autonomia da central

Em meio à crise política atual, a CUT mantém posições claras. Queremos que as denúncias de corrupção sejam investigadas a fundo e os responsáveis, a partir da comprovação dos fatos, punidos exemplarmente, sem o perdão do decurso de prazo, como o sugerido por velhos patriarcas do Estado, criadores do *valerioduto*.

Por outro lado, não seremos tolos para cerrar fileiras com a direita e com os reacionários que, saudosos do período em que mamavam nas tetas da nação, torcem pelo caos e pelo esvaziamento ou interrupção do mandato federal. A CUT e os movimentos sociais não vêem lógica alguma na idéia de que a volta do neoliberalismo ou a ascensão de algum aventureiro possam significar redenção ou vida melhor para o povo.

PROJETO NACIONAL

A crise comprova a validade de nossas idéias e evidencia a nossa autonomia. O que queremos se mantém inalterado, a despeito de governos e partidos. Se adotado, direcionaria o país para uma rota de verdadeira democracia, crescimento, distribuição de renda. Como construí-lo neste momento, através de propostas minimamente exequíveis, é o desafio da CUT.

A redução contínua e consistente da taxa básica de juros é um dos caminhos. Para quebrar a tirania do controle monetário, propomos a fixação de uma meta de crescimento econômico que caminhe ao lado da meta de inflação e que mereça igual atenção. O projeto de um entendimento nacional em torno de taxas negociadas de investimentos, preços e tributos, defendido pela CUT, é lúcido e contribuiria para isso.

AGENDA POSITIVA

A ampliação do Conselho Monetário Nacional seria um aceno nessa direção. Queremos a redução da meta de superávit primário e continuamos defendendo a adoção de uma política permanente de valorização do salário mínimo, a ser convertida em lei.

Na esfera da CUT, mantemos a agenda positiva. Nem todas as campanhas salariais iniciadas no primeiro semestre estão concluídas, mas por enquanto já podemos dizer que 89% das categorias cutistas com data-base no período conquistaram aumentos reais de salário.

Neste segundo semestre, vamos continuar pressionando governos e empregadores por aumentos reais de salário, melhores condições de trabalho e políticas de geração de emprego formal. Faz parte de nossa luta também a melhoria de qualidade e universalização do serviço público, instrumento essencial de dignidade e cidadania.

RADICALIZAR A DEMOCRACIA

Esta preocupação insere-se em nossa briga histórica por interesses que ultrapassam o corporativismo. Cito alguns exemplos. A correção da tabela do Imposto de Renda, ponto em que houve avanços, continua na pauta. Insistimos na redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, como instrumento gerador de empregos. Queremos que o Congresso Nacional dê andamento à reforma sindical.

Contra a corrupção, nossa proposta é a radicalização da democracia, o que gerará maior transparência. Para começar, uma reforma política que acabe com o financiamento privado de campanhas. E a efetivação de conselhos de gestão populares em todos os níveis, orçamento participativo e instrumentos de democracia direta, como a possibilidade de convocar plebiscitos e consultas populares.

João Felício é professor e presidente nacional da CUT

ASSINE HOJE MESMO

Debate Sindical

Receba em sua casa ou na sede da sua entidade a única publicação do país especializada no estudo do sindicalismo. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura de R\$ 30,00 dá direito a quatro edições e você ganha de brinde o livro *"Encruzilhadas do sindicalismo"*

ALTAMIRO BORGES

Encruzilhadas do sindicalismo



CUPOM DE ASSINATURA

A partir do número: _____ R\$ 30,00

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ CEP _____

Cidade _____ Estado _____

Telefone(s) _____

Fax _____

Profissão _____

Correio eletrônico _____

FORMA DE PAGAMENTO:

☐ Cheque nominal ao Centro de Estudos Sindicais, Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº 993, conj. 209, Bela Vista, CEP 01317-001, São Paulo - SP, no valor de R\$ 30,00

☐ Depósito em conta corrente nº 207423-0, Banco do Brasil, agência 3324-3 (neste caso, enviar o comprovante via fax para 11 3106-0700)

☐ Cartão

☐ Credicard

☐ Visa

Número

Validade

A woman with long dark hair, wearing a light pink button-down shirt, stands in a supermarket aisle. She is smiling and holding two blue CAIXA credit cards. Her arms are crossed. In the background, there are shelves stocked with various products and a checkout counter with a computer monitor.

**Coloque a Conta
Corrente da CAIXA
no seu dia-a-dia.**

O dia-a-dia da mulher moderna é uma correria só. Sorte da Bia, que abriu uma conta corrente na CAIXA. Com o cheque especial, o cartão de crédito e uma linha de crédito pré-aprovada, ela consegue dar conta de tudo sem passar aperto. Faça como a Bia. Abra uma conta corrente na CAIXA e facilite o seu dia-a-dia.
Vem pra CAIXA você também. Vem.

www.caixa.gov.br

CAIXA

Para você. Para todos os brasileiros.